



ATA N.º 56/XII-4º/2020-21

1 - Aos dezassete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, pelas 14H, no Pavilhão do Complexo Municipal dos Desportos, sito na Alameda Guerra Junqueiro, nº 35, no Feijó, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária de dezembro da Assembleia Municipal de Almada, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 – Apresentação ao plenário dos relatórios semestrais das Comissões;

3.2 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2021;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Tarifário de Resíduos Urbanos e Taxa de Gestão de Resíduos para o ano de 2021;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Participação no IRS sobre os rendimentos no ano 2021;

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Lançamento de Derrama para o ano de 2021;

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI para o ano de 2021;

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal do Município de Almada para o ano de 2021;

3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada – SMAS para o ano de 2021;

3.10 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2021 da WEMOB;

3.11 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Reestruturação de serviços dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada;

3.12 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Transferência de Competências da Administração Central para as Autarquias Locais para o ano de 2021 na área da Educação;

3.13 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Adesão do Município de Almada à ADAPT. LOCAL – Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas;

3.14 – Apreciação e votação da proposta de alteração ao Plano de Contingência da Assembleia Municipal de Almada;



- 3.15 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre Plano Anual de Atividades para 2021 – Provedor dos Animais do Município de Almada;
- 3.16 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Constituição do Comissariado Municipal de Aproveitamento Alimentar;
- 3.17 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre II Plano Municipal Integração dos Migrantes de Almada 2020-2022;
- 3.18 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Estratégia Municipal para a Deficiência;
- 3.19- Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Regulamento das Áreas de Reconversão Urbanística. Relatório de ponderação de consulta pública;
- 3.20 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Transferência de competências do município de Almada para as freguesias. Reserva no âmbito de intervenção do Município de Almada;
- 3.21 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Transferência de competências do município de Almada para as freguesias de Costa da Caparica e União das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda;
- 3.22 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Aprovação de minuta de contrato interadministrativo;
- 3.23 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Substituição das luminárias do Concelho por iluminação LED;
- 3.24 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre 2ª Revisão Orçamental de 2020 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ivan da Costa Gonçalves; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; Sérgio Cantante Faria de Bastos; José Manuel Maia Nunes de Almeida; Carlos Manuel Coelho Revés; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Gerales; Sónia Tchissole Pires da Silva; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque; António Francisco Salgueiro; Marina Alexandra Pereira Lopes; Inês Pezarat Correia Bom; José António Espírito Santo Rocha; Fátima Maria da Silva Nogueira Marras; Artur Jorge de Jesus Alfama; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Sílvia Maria Mendes de Sousa; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.



4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS), Ana Marques Serra e Moura Salvado (PS), Débora Figueiredo Carvalho Rodrigues (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), Elisabete Peres Pereira (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU), Nuno Miguel Costa Gonçalves (CDU), Daniel Pedro Sobral (CDU) e Augusto António Brinquete Proença (PSD).

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as André Macedo Soares Ferreira (PS) por impedimento de Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira e Carina Manuela Silva Mendes Rocha de Sousa; José Daniel Mira Fadista (PS) por impedimento de Carla Sofia da Silva Godinho, do Sérgio Manuel Gonçalves de Sousa; Carla Cristina Aroeira Canário Gonçalves (PS); Mara Rita Silva Martins (CDU) por impedimento de José Gabriel Guiomar Joaquim; António José Olaio da Silva (CDU) por impedimento Jorge Miguel Oliveira Feliciano, Mário José de Sousa Pedroso e Andreia Sofia Fernandes Egas; Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU) por impedimento José Augusto Tavares Oliveira, Joana Tavares Reis Raposo, António Abrantes de Almeida, José João Santos da Mata, Aurora da Conceição Marques de Almeida, Fernanda Maria Amaro Tavares, Tiago André Emídio de Sousa Martins (PEV), Vânia Sofia de Frias Gonçalves da Cruz, Jorge do Carmo Ventinhas Pé-Curto, Cláudio Nuno dos Reis Silva e Maria do Carmo da Costa Frade Cândido de Almeida; António Paulo Júnior (CDU) por impedimento de José Luís de Oliveira Pires e Filipa Raquel da Silva Barroso; Nuno Ricardo Fragoso Dominginhos (PSD) por impedimento de Sónia Raquel Mota Faria; Paulo Alexandre Sabino.

4.1.2 – O Senhor Presidente da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Ricardo Jorge Cordeiro Louçã solicitou a sua substituição pelo eleito João Fernando Filipe Marcos. A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica e Trafaria, Teresa Paula de Sousa Coelho (CDU) solicitou a sua substituição pelo eleito António Joaquim Oliveira.

4.2 - O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença do Senhor Vereador Rui Carvalheira em substituição da Senhora Vereadora Francisca Parreira; Rui Jorge Martins em substituição do Senhor Vereador Joaquim Judas e Senhor Vereador Tiago Galveia em substituição da Senhora Vereadora Amélia Pardal.

4.3 – O Senhor Presidente deu Informação à Assembleia Municipal, relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal:

4.3.1 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre intervenção em arruamentos do município para execução da obra “Percurso Escolares Cicláveis”, enviado para a Câmara Municipal em 21/8/2020, foi respondido em 23/10/2020;



4.3.2 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre “situação do Serviço Veterinário Municipal num caso de criação de pitbulls em situação de maus tratos”, enviado para a Câmara Municipal em 4/12/2020, ainda não foi respondido;

4.3.3 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre Julgados de Paz em Almada, enviado para a Câmara Municipal em 18/5/2020, ainda não foi respondido;

4.3.4 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre aquisição de terrenos e início do projeto Almada Cidade da Água na Margueira em Cacilhas, enviado para a Câmara Municipal em 4/6/2020, ainda não foi respondido;

4.3.5 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre requalificação das baterias de Alpena e Raposeira na Trafaria, enviado para a Câmara Municipal em 18/6/2020, ainda não foi respondido;

4.3.6 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre combate COVID-19 Escolas, enviado para a Câmara Municipal em 14/7/2020, ainda não foi respondido;

4.3.7 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre reabilitação e rentabilização dos imóveis militares pela autarquia no município de Almada ao abrigo da proposta do Governo para reabilitação do património imobiliário da Defesa, enviado para a Câmara Municipal em 10/8/2020, foi respondido em 12/10/2020;

4.3.8 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) criação de encerramento de empresas no concelho de Almada em 2019 e 2020 e as respetivas áreas de atividade, enviado para a Câmara Municipal em 22/10/2020, foi respondido em 11/12/2020;

4.3.9 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU) sobre fornecimento de documentos referentes à obra realizada na Fonte da Telha pela Câmara Municipal de Almada, enviado para a Câmara Municipal em 29/06/2020, foi respondido em 12/10/2020;

4.3.10 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU) sobre informação detalhada e completa sobre a situação da empresa ETC no Porto Brandão, enviado para a Câmara Municipal em 7/10/2020, ainda não foi respondido;

4.3.11 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU) sobre publicação oficial do Regulamento Municipal do Provedor dos Animais de Almada no Diário de República desrespeita deliberação da Assembleia Municipal, enviado para a Câmara Municipal em 28/10/2020, ainda não foi respondido;

4.3.12 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind) sobre pedido de toda a documentação referente à intervenção que está a decorrer nos acessos à praia da Fonte da Telha, enviado para a Câmara Municipal em 15/6/2020, foi respondido em 12/10/2020.



4.3.13 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa (Ind) sobre medidas de combate à pandemia COVID19 de saúde pública e económica, enviado para a Câmara Municipal em 24/4/2020, ainda não foi respondido.

4.3.14 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE) sobre tarifa social de água, enviado para a Câmara Municipal em 29/10/2020, ainda não foi respondido.

4.3.15 – O Senhor Presidente propôs à Assembleia uma alteração da agenda, passando o ponto 3.24 para 3.11, sendo numerados os restantes. A proposta foi aceite.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usou da palavra o Senhor Munícipe José Manuel Batista.

5.1.1 – O Senhor Munícipe Manuel Baptista:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O que realmente aqui me traz hoje, é um assunto que tenho falado várias vezes quer em reunião de Câmara Municipal, quer em Assembleias Municipais. Prende-se com a intervenção na zona da Charneca de Caparica, nomeadamente nas Quintinhas dos Pinheirinho, núcleo 26, feitas obras nas infraestruturas executadas pela Associação de Proprietários e Moradores nas Quintinhas Pinheirinho.

Chamei a atenção para o facto, na rua Quinta de Cima, aquele seguimento da rua do Pinheirinho para o sentido da A33, ter falta de passeios, inclusive haver um parque camarário que, tinha o muro quase encostado à estrada dificultando a circulação rodoviária.

Tive conhecimento que a Câmara Municipal de Almada, creio que em agosto/setembro deste ano, começou a fazer os passeios em falta nessa Quinta de Cima, e asphaltando também a rua que vai desde a rua do Pinheirinho à rua dos Vencedores, em frente à rotunda da Quinta de Cima.

Sei eu, por conhecimento profundo que tenho daquela AUGI, que a Associação de Proprietários e Moradores das “Quintinhas Pinheirinho”, cobrou aos proprietários pelos lotes, verbas que correspondiam ao pagamento das infraestruturas, como tenho as telas finais entregues pela Associação à Câmara Municipal, consta nessas telas finais todos os lotes que pagaram à Câmara Municipal e pagaram à Associação. Ou seja, pagaram à Câmara Municipal antes das obras das infraestruturas, que a entregou o dinheiro pelas obras executadas pela Associação. Tenho conhecimento pelo mapa que está junto ao processo 658/90. Quem pagou à Associação e quem pagou à Câmara Municipal. Os lotes da rua Quinta de Cima, foram pagos à Associação. Certo é que, a Câmara Municipal e muito bem, executou esses passeios, porque eu chamei a atenção várias vezes também para a dificuldade, dos transeuntes passarem porque há ali um café que é o Café Brito, que tinha os carros encostados aos muros, não havendo passeios estavam encostados aos muros, dificultava a circulação dos peões. Em boa hora a Câmara Municipal executou essas obras. Creio que uma vez que a Associação cobra o dinheiro aos proprietários não executou a obra, inclusive tenho um ofício da senhora arquiteta Tânia Camões, que me informou que a rua Quinta de Cima, não fazia parte das infraestruturas. Então porque é que a



Associação cobrou o dinheiro aos proprietários? Porque cobrou na íntegra pelos metros quadrados desses lotes. E fez a ligação aos esgotos nas travessas, esqueceu-se a que os lotes pagam 1.745.00€ (mil setecentos e quarenta e cinco euros) ou 1.750.00€ (mil setecentos e cinquenta euros) por m² de construção. Portanto, é isso que está assente e foi pago por creio que 1500 proprietários, não se sabe ao certo o número, porque aquele processo não é um processo que me parece que esteja muito claro e informei a Câmara municipal de Almada por várias vezes, não é preciso estar aqui outra vez a chamar atenção do que é que supostamente se falou. Agora, a minha pergunta: estamos junto ao processo 658/90, as telas finais no mapa que eu tenho, verifica-se esse pagamento, a Câmara Municipal tem que ser ressarcida desse dinheiro ou uma entidade privada recebe o dinheiro, não faz a obra e a Câmara Municipal é que vai fazer? Há qualquer coisa que eu gostava de ver esclarecido neste assunto. Já chamei atenção do Vereador Miguel Salvado, que me informou que efetivamente, pediu algumas explicações à parte da Câmara Municipal correspondente.

Gostaria então de saber Senhora Presidente da Câmara, se for caso até de processo criminal, que efetivamente a Câmara Municipal não oponha qualquer obstáculo, porque há aqui qualquer coisa que não joga bem e as Quintinhas Pinheirinho gostava de ver o desenlace desta situação exatamente como eu. Se necessitar de alguma informação minha, estou à disposição da Câmara municipal, para poder explicar. Alias, pedi à senhora Presidente da Câmara Municipal duas audiências, talvez devido aos seus a fazeres e com a situação do COVID-19, não foi concedida, mas tudo bem. Estou a agora a pedir, se a Senhora Presidente não se importar fico agradecido pela atenção.”

5.2 - Em resposta ao Senhor Município, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor município José Manuel Baptista, tanto quanto eu sei e o senhor município José Manuel aliás, o referiu, é verdade que os serviços já reuniram consigo, já viram essa questão. A Câmara Municipal poderá ver o que se passa, mas no limite senhor José Manuel Baptista, isso é uma questão entre os proprietários e a Associação. O que ficou esclarecido e isso também o disse, é que de facto, aquela rua não estava na listagem das infraestruturas a fazer. E como tal era obrigação da Câmara Municipal e como tal a Câmara Municipal está a cumprir aquilo que é o seu compromisso para com os seus municípios e eu acho que é desta história que, eu espero apesar de os serviços estarem a estudar para o caso de haver efetivamente um problema, mas eu volto a dizer, que no limite será entre a Associação e os proprietários e aqui a Câmara Municipal como deve imaginar não pode tomar parte a não ser que esteja comprovado que ela própria é lesada nessa matéria, mas damos como sempre temos dado, apoios a todos aqueles que nos pedem, dentro daquilo que são as nossas possibilidades.



Dito isto, o que eu acho, desta história que eu espero que não seja uma historia infeliz, mas que seja um mal-entendido, digamos assim, o que eu retenho é o facto da Câmara Municipal de Almada, estar com uma atitude proactiva, no sentido de criar as infraestruturas que tem que criar inclusivamente em terreno de AUGI ou núcleos destacados sempre que assim o tiver que fazer. E da parte da Câmara Municipal, agradeço aliás, as suas palavras, porque é sinal que de facto estamos a trabalhar e estamos no bom sentido.

Quanto à audiência, eu aproveito a sua pergunta para dizer, eu acho que sou a Presidente que consegue, não para toda a gente porque às vezes é impossível, mas mesmo assim, consigo prazos muito curtos de audiência. É evidente, alguns são muito difíceis e este ano tem sido de facto muito difícil, por variadíssimas circunstâncias, mas eu não me esqueci e folgo em saber que de facto tem tido as reuniões todas necessárias com os serviços e que também muitas vezes são os mais habilitados a dar as respostas muito concretas às perguntas igualmente concretas, que o senhor munícipe José Manuel Baptista coloca sempre com muita equidade.”

6 – Foi declarado aberto o período de antes da ordem do dia;

6.1 – Foram apresentados os seguintes votos de pesar:

6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS) apresentou o voto de pesar pelo falecimento de Eduardo Lourenço;

6.2.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Faleceu no passado dia 1 de dezembro o professor, filósofo, crítico e ensaísta Eduardo Lourenço, aos 97 anos. Nascido a 23 de maio de 1923, em São Pedro do Rio Seco, Guarda, Eduardo Lourenço de Faria encontrou na Universidade de Coimbra as condições propícias à reflexão que haveria de prosseguir durante toda a sua vida. Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas em 1946, é Assistente da Faculdade de Letras entre 1947 e 1953, ano em que assume as funções de Leitor de Cultura Portuguesa nas Universidades de Hamburgo e de Heidelberg, exercendo idênticas funções na Universidade de Montpellier entre 1956 e 1958. Depois de uma breve passagem pelo Brasil, como Professor Convidado de Filosofia na Universidade Federal da Bahia, regressa a França, onde passa a viver a partir de 1960.

Leitor de Língua e Cultura Portuguesas na Faculdade de Letras da Universidade de Grenoble entre 1960 e 1965, a convite do Governo Francês, ocupa o cargo de *maître assistant* e, mais tarde, de *maître de conférences* na Universidade de Nice até 1987, jubilando-se como professor da Faculdade de Letras em 1989. Nesse ano, é nomeado Conselheiro Cultural da Embaixada de Portugal em Roma pelo Governo Português, cargo que ocupa até 1991.



Colaborador de longa data da Fundação Calouste Gulbenkian, foi seu Administrador (não executivo) entre 2002 e 2012. No ano seguinte, 2013, com a morte de Annie Salomon de Faria, a companheira de quatro décadas – de vida, de destino partilhado, de caminho comum –, radica-se definitivamente em Lisboa.

Eduardo Lourenço deixa um legado que vai muito além da vasta obra publicada – sobre uma grande variedade de temas (filosóficos, políticos, culturais, religiosos e literários) –, traduzindo-se na intervenção de toda uma vida nas áreas da educação, da cultura e da cidadania, justamente reconhecida por inúmeros prémios – incluindo os Prémios Camões (1996), Pessoa (2011) e da Academia Francesa (2016) – e condecorações – distinguido por quatro vezes com Ordens Nacionais (com destaque para a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade, em 2014), e reconhecido no estrangeiro, muito em particular na França que o acolheu por três décadas, como Cavaleiro da Ordem das Artes e das Letras (2000) e da Ordem Nacional da Legião de Honra (2002). Desde abril de 2016, integrava o Conselho de Estado por designação pessoal do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

De uma envergadura intelectual sem paralelo, Eduardo Lourenço foi, sem dúvida, quem melhor refletiu a identidade nacional (tantas vezes a desconstruindo), sobre o que é ser português, na Europa e no mundo, sobre o que nos diferencia e nos assemelha a outros povos.

Homem de imensa cultura, alavancada por uma enorme sede de conhecimento, o seu desaparecimento constituiu uma perda irreparável para Portugal e para a Lusofonia, de que era uma das suas maiores referências intelectuais.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida a 17/12/2020, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Eduardo Lourenço, figura fundamental do Portugal contemporâneo, prestando homenagem ao professor e pensador e transmitindo à sua Família e Amigos as mais sentidas condolências.”

6.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido (PS) apresentou o voto de pesar pelo falecimento de Laura Valadas Davide;

6.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Faleceu no passado dia 22 de novembro Laura Valadas Davide, militante do Partido Socialista de Almada, aos 71 anos de idade. Nascida em Moscavide, com raízes familiares na Amareleja, passou parte da infância em Odemira, quando no final dos anos 60 deslocou a sua residência para Almada, para completar os seus estudos. Foi neste concelho que exerceu funções públicas, tendo ocupado, entre outros cargos, o de deputada à Assembleia Freguesia da Cova da Piedade e à Assembleia Municipal de Almada, durante vários mandatos. Foi advogada e quadro da Portugal Telecom, tendo contribuído ao longo dos anos, com as suas competências técnicas e políticas, para a promoção do socialismo democrático e para a afirmação do papel da mulher não só no Partido Socialista como, em particular, na política. Pelo seu exemplo, a Assembleia Municipal de Almada delibera



manifestar o seu respeito, reconhecimento e profundo pesar pelo falecimento de Laura Valadas Davide, endereçando à sua família e amigos os mais sentidos pêsames”.

6.2.3 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco e a Senhora Presidente da Câmara Municipal para se associarem aos votos de pesar apresentados.

6.2.3.1 – Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como é evidente o CDS-PP junta-se a estes dois votos de pesar e quer deixar aqui também algumas palavras. Informar que ontem faleceu inesperadamente um dirigente do Conselho Nacional do CDS-PP, Nuno Lima Maia de Moreira, um grande cidadão dedicado à causa pública, colega também autarca, filho do Professor Adriano Moreira e irmão da Deputada Isabel Moreira do Partido Socialista na Assembleia da República. Portanto, deixar aqui estas breves palavras. Não apresentamos um voto de pesar formalmente, mas gostaríamos de deixar aqui esta informação.”

6.2.3.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero em nome da Câmara Municipal associar-me naturalmente a estes votos de pesar, com uma palavra especial para o Professor Eduardo Lourenço, na qual a Câmara Municipal também apresentou um voto de pesar e que foi naturalmente aprovado por unanimidade. Deixar aqui claro o quanto lamentamos a perda de, provavelmente, um dos maiores pensadores que tivemos do nosso país, Eduardo Lourenço, olhava para Portugal e olhava para todos nós, com a ternura, com a atenção, com o rigor, com o humor, com a inteligência, e com a generosidade e tolerância que as pessoas de grande cultura têm e sobretudo com o conhecimento histórico que têm.

Portanto, queria só neste momento dar uma palavra assim como também naturalmente dar uma palavra sobre o desaparecimento de uma antiga Deputada Municipal e naturalmente associar-me também aquilo que é o lamento do falecimento do filho do Professor Adriano Moreira.”

6.2.4 – Não havendo inscrições, e verificado o quórum, o Senhor Presidente colocou à votação os votos de pesar, tendo todos eles sido aprovados por unanimidade.

6.2.5 – Seguiu-se um minuto de silêncio proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

6.3 – Para apresentação de documentos sobre assuntos do concelho usaram da palavra os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Dominginhos (PSD) usou da palavra para apresentar a moção “Arsenal do Alfeite: o Governo não pode fugir às suas responsabilidades”;

6.3.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Dominginhos (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Ao longo da sua vasta história, o Arsenal do Alfeite tem desempenhado um papel importante para Portugal uma vez que se trata do único estaleiro do país com capacidade para lidar, manter e reparar qualquer tipo de armamento utilizado pela Marinha Portuguesa.

Os seus trabalhadores, os Arsenalistas são, naturalmente, uma das grandes mais-valias da empresa, tendo em conta a sua capacidade técnica e a dedicação e espírito de missão com que fazem o seu trabalho.

Assim, não podemos deixar de olhar, com grande preocupação, para as mais recentes notícias sobre a falta de liquidez atual na Arsenal do Alfeite SA, que levou a que o subsídio de Natal não tenha sido pago juntamente com o salário de novembro, como é habitual na história do estaleiro, havendo ainda dúvidas sobre as reais capacidades de pagamento dos salários dos próximos meses.

É a própria Administração quem admite que não será “minimamente possível a liquidação dos vencimentos, sem uma dotação financeira” e que tem feito pressão junto do Governo para que sejam libertadas as verbas necessárias, dizendo ter esperança, “mas, não mais do que isso”.

Ora, o Governo não pode fugir às suas responsabilidades! O Ministro João Gomes Cravinho não pode reagir com indiferença e “atirar” todo o peso da resolução do problema para o Conselho de Administração até porque é o próprio quem admite que o problema é estrutural.

E se o problema é estrutural, compete ao Estado, como único acionista da Arsenal do Alfeite SA, garantir as condições para viabilizar a estratégia que definiu, realizando os investimentos que a atual Administração aponta como essenciais (alargamento da doca e da ponte de cais, por exemplo) para que seja possível concretizar, junto da Marinha, o trabalho necessário e estabilizar a empresa, podendo depois pensar em desenvolver a sua ação junto de mercados externos.

É fundamental que o atual Governo não desperdice o know-how do Arsenal e os esforços que já foram feitos, em momentos anteriores, para manter o estaleiro em atividade e garantir a sua viabilidade. É preciso investir no curto prazo para permitir uma solução de médio e longo prazo.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária em 17 de dezembro de 2020, delibera:

- 1- Saudar o Arsenal do Alfeite e todos os seus trabalhadores pelo esforço que tem sido feito para que a empresa seja viável e com trabalho no futuro;
- 2- Exigir, do atual Governo, que assuma as suas responsabilidades, viabilizando, no imediato, os pagamentos aos trabalhadores e os investimentos necessários a estruturar a empresa para que possa ser posta em prática uma estratégia de sustentação e posterior desenvolvimento da sua atividade;
- 3- Enaltecer a importância do Arsenal como um estaleiro de excelência e um polo fundamental no desenvolvimento do nosso país e da nossa região em particular.”

6.3.2 – A Senhora Deputada Marina Lopes (PSD) usou da palavra para apresentar a moção/saudação “Pela criação do Gabinete de Apoio à Vítima”;

6.3.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Marina Lopes (PSD):



“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Assinalou-se no passado dia 25 de novembro o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres.

A violência, na sua génese, é transversal a todos os cenários históricos e políticos. É interclassista, de natureza multifatorial e continua a pautar o nosso quotidiano, seja contra mulheres, crianças, idosos, migrantes ou minorias, assumindo contornos físicos e/ou psicológicos.

Durante o ano de 2019, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou no Concelho de Almada 156 vítimas de crime e de violência.

Face ao atual cenário de pandemia e confinamento, no que diz respeito à violência doméstica, o isolamento pode traduzir-se em contornos alarmantes ao aumentar o risco de violência e impedir ou dificultar o acesso à procura de ajuda.

Sendo um dever ético do município apoiar todos os projetos que visem minorar a violência através da prevenção e proatividade no apoio à vítima, torna-se assim fundamental e urgente a criação do Gabinete de Apoio à Vítima (GAV), com vista à prestação de serviços de apoio psicológico, emocional, jurídico e social às vítimas de crime e suas famílias.

Importa referir também a importância da abordagem multidisciplinar e da confluência de todos os segmentos institucionais do município, de forma a poderem dar-se respostas mais céleres e robustas.

É importante sublinhar que esta moção já foi apresentada há dois anos e que desceu à 5ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal e que continua por cumprir.

Atendendo à relevância premente do tema, ainda mais no contexto de riscos acrescidos em que estamos a viver, a Assembleia Municipal de Almada reunida na sessão ordinária de 17 de dezembro delibera:

- 1). Reiterar a urgência da criação do Gabinete de Apoio à Vítima.
- 2). Apelar à Câmara Municipal de Almada que concretize, sem mais atrasos, esta parceria com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).”

6.3.3 – A Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD) usou da palavra para apresentar a moção “em defesa da Floresta Autóctone”;

6.3.3.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Celebrou-se, no passado dia 23 de novembro, o Dia da Floresta Autóctone.

Este dia foi criado para assinalar a importância da conservação das florestas naturais como uma fonte de oxigénio e como elementos fundamentais na conservação da Natureza, na proteção dos solos, dos recursos hídricos e da biodiversidade.



A data de 23 de novembro pretende ser uma alternativa a 21 de março, Dia Mundial da Floresta, uma vez que esta altura do ano é mais adequada do que a Primavera para a sementeira ou plantação de árvores em Portugal e nos países do Sul da Europa.

Este ano, devido às contingências associadas à pandemia que vivemos, tem havido várias restrições e não tem sido possível assinalar devidamente várias datas simbólicas, como aconteceu com as duas datas acima referidas. Mas o concelho de Almada recebeu uma boa notícia, durante o mês de novembro com a aprovação da sua candidatura ao Programa Floresta Comum 2020/2021 que garante a atribuição de perto de 4.500 plantas (entre medronheiros, pinheiros mansos e bravos, loureiros, carvalhos, carrascos, etc.) que servirão para recuperar espaços verdes e enriquecer ou adensar zonas florestais.

Apesar das restrições já mencionadas, espera-se que os almadenses se possam juntar em ações de plantação e recuperação que possam envolver voluntários, respeitando, obviamente as orientações de segurança da Direção Geral de Saúde.

Neste âmbito, espera-se também que estes mais de quatro mil exemplares, venham também a contribuir para a conclusão do projeto “Sextas Feiras pelo Futuro – Mãos à Obra” que prevê a plantação de um total de 25.000 árvores e plantas no nosso concelho.

Mesmo não sendo as condições ideais, é importante que todos procuremos construir uma Almada mais Ecológica e Sustentável.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária em 17 de dezembro de 2020, delibera:

- 1- Saudar o dia 23 de novembro e todas as ações de defesa e preservação da Floresta Autóctone;
- 2- Manifestar o seu regozijo pela aprovação da candidatura de Almada ao programa Floresta Comum 2020/2021;
- 3- Apelar à comunidade para que se envolva na defesa da nossa floresta e Espaços Verdes, no seu dia a dia, e que participe, sempre que possível, nas ações de plantação promovidas pelo Município sempre no respeito escrupuloso das normas de segurança que vierem a ser definidas no âmbito do combate à pandemia da covid-19.”

6.3.4 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) usou da palavra para apresentar a recomendação “Implementação do Programa “Cheque Veterinário” como medida de combate ao abandono e de promoção da esterilização de animais de companhia”;

6.3.4.1 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Considerando que:

1. A sociedade atual atribui uma importância crescente aos animais de companhia, tendo em conta os seus atestados contributos para a estabilidade emocional e o relacionamento nas mais variadas classes etárias, o que constitui um fenómeno de extrema relevância social. Segundo um estudo da GfKTrack.2Pets (2016),



os animais de estimação encontram-se em 56% dos lares portugueses, ou seja, mais de 2 milhões de lares possuem, pelo menos, um animal de estimação;

2. Os gastos associados aos cuidados veterinários (em média, cerca de 12% do orçamento familiar), tendo em conta o rendimento mensal médio da maioria das famílias portuguesas, são muitas vezes elevados e fazem com que pessoas com um rendimento mais baixo não tenham possibilidade de prestar os cuidados veterinários necessários aos seus animais de companhia, levando à eventual propagação de doenças contagiosas e ao abandono de animais doentes.
3. Segundo dados da DGAV (Direção-Geral de Alimentação e Veterinária), em 2017 mais de 40 mil cães e gatos errantes foram recolhidos pelos centros de recolha oficiais (CRO) e dos animais que recebem, menos de 35% são adotados, o que faz com que cerca de 19.500 animais fiquem nos CRO, muitos deles a vida toda;
4. A entrada em vigor da Lei 27/2016 de 23 de agosto que, entre outros, estabelece a proibição de abate de animais errantes como forma de controlo da população, e perante a realidade traduzida nos números disponibilizados pela DGAV, urge que os Municípios implementem medidas eficazes de combate ao abandono e de promoção da esterilização, como formas determinantes para que seja possível Portugal aproximar-se da taxa de sucesso que alguns países já conseguiram alcançar na área da proteção e bem-estar animal e, consequentemente, na área da saúde pública.
5. Adicionalmente a esta Lei, existe a crescente sensibilidade por parte dos munícipes para o bem-estar animal, exigindo a intervenção da autarquia em situações de animais abandonados e errantes e no apoio a famílias carenciadas, nomeadamente através do auxílio com cuidados primários de saúde para estes animais de companhia.
6. No que respeita ao concelho de Almada, com territórios onde muitas famílias se encontram em situações de carência significativa, a capacidade de resposta por parte do Serviço Veterinário Municipal é manifestamente insuficiente para se constituir como a maior ferramenta e o único meio de prestar apoio na área da saúde animal a estas famílias, bem como para conseguir (ainda que com a colaboração de associações zoófilas) manter o controlo e diminuir a população de animais errantes em território municipal.
7. A Ordem dos Médicos Veterinários tem vindo a disponibilizar-se como entidade reguladora para implementar protocolos entre centros de atendimento médico-veterinários (CAMV) e autarquias, no âmbito das esterilizações ou outros atos médico-veterinários, sendo que em 2017 lançou um programa de aproximação entre as necessidades dos municípios e os médicos veterinários para salvaguarda de animais em risco, nomeadamente cães e gatos: o Programa Nacional de Apoio à Saúde Veterinária para Animais de Companhia em Risco - Cheque Veterinário.
8. O Cheque Veterinário visa a prestação de cuidados de saúde primários gratuitos (nomeadamente no que se refere à vacinação, desparasitação e esterilização, bem como outros tratamentos e urgências 24 horas), através da atribuição de cheques veterinários emitidos pela autarquia a responsáveis por **animais em risco**,



por esta identificados, para utilização nos CAMV aderentes à rede Cheque Veterinário, mediante protocolo a celebrar entre, de acordo com o que se propõe, a Câmara Municipal de Almada e a Ordem dos Médicos Veterinários.

9. O Cheque Veterinário é dirigido a animais abandonados recolhidos pela autarquia, animais em ambiente de CRO, colónias de gatos CED e animais de famílias carenciadas.
10. A autarquia é que define o orçamento a atribuir ao programa e a tipologia dos cheques a disponibilizar aos munícipes:
 - a) Cheque Veterinário Médico (vacinação e desparasitação interna);
 - b) Cheque Veterinário Cirúrgico (esterilização);
 - c) Cheque Veterinário de Identificação (quando não for possível a identificação através do Serviço Veterinário Municipal);
 - d) Cheque Veterinário de Tratamento (aplicável em situações em que o Médico Veterinário Municipal identifique necessidades de tratamento específicas, podendo também ser utilizado em casos de urgência para assistência imediata aos animais em risco);
 - e) Cheque Veterinário de Análises (atribuído nomeadamente para despiste de FIV/FELV em gatos de colónias CED);
 - f) Cheque Veterinário CED (inclui chip e vacinação antirrábica em gatos de colónias CED que sejam alvo de Cheque Veterinário Cirúrgico).
11. Em última análise, o programa Cheque Veterinário visa suprir as atuais necessidades, reforçar a imagem do médico veterinário, possibilitar apoio social para uma franja desfavorecida, criar uma dinâmica de comunidade e contribuir para o alcance das metas de proteção e bem-estar animal que o Município deve criar para si próprio, indo ao encontro das exigências da própria comunidade.

Face ao exposto, vem a Representação Municipal do Partido Pessoas-Animais-Natureza propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 17 e 18 de dezembro 2020, delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada:

1. A adesão e implementação do Programa Cheque Veterinário, através da celebração de um protocolo com a Ordem dos Médicos Veterinários e alocação de verba para o efeito, em concordância com as necessidades sentidas no concelho, tendo como uma das prioridades o incentivo à esterilização de animais de companhia.
2. A criação de critérios e procedimentos bem definidos, que garantam transparência, rigor e justiça na aplicação do programa e atribuição de Cheques Veterinários para que, de facto, este consiga ser um meio eficaz de providenciar a ajuda necessária àqueles que mais precisam.



3. A criação de uma campanha de sensibilização dirigida à população sobre os benefícios da esterilização, a acompanhar a implementação do programa Cheque Veterinário.”

6.3.5 – O Senhor Deputado Municipal Luís Palma (CDU) usou da palavra para apresentar a moção/deliberação “pelo pagamento imediato dos salários aos Trabalhadores do Arsenal do Alfeite”;

6.3.5.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antes da apresentação do texto que aqui trazemos, permitam-me Senhoras Senhores Deputadas/os Municipais, uma curtíssima nota previa sobre a realização desta reunião.

Reunindo presencialmente regressamos hoje no quadro da pandemia do COVID-19 que vivemos, à normalidade de funcionamento da Assembleia Municipal. Sublinhamos, no entanto, que a manutenção das reservas do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, relativamente ao funcionamento no horário habitual há várias décadas no Concelho de Almada, não encontra nenhuma justificação, porquanto, o funcionamento de todos os órgãos políticos está naturalmente excecionado das restrições impostas em função da pandemia que atravessamos.

Passo agora a apresentar a Moção.

No dia 1 de setembro de 2009, o Arsenal do Alfeite foi transformado, por decisão do governo, em Arsenal do Alfeite, Sociedade Anónima.

Mais do que uma simples mudança de nome, tratou-se de uma completa transformação na natureza e na gestão desta histórica e importante empresa do nosso concelho, que hoje, passada mais de uma década, os trabalhadores do Arsenal do Alfeite, mas também os Almadenses, sentem bem viva na pele.

O Poder Local Democrático em Almada sempre defendeu que o Arsenal do Alfeite se devia manter na esfera de ação da Marinha Portuguesa.

A mudança de estatuto do Arsenal do Alfeite foi combatida até ao fim pelos seus trabalhadores e órgãos representativos, e pelo poder local democrático.

Ao contrário do que foi afirmado, aquela transformação não trouxe as “vantagens” prometidas pelos seus promotores.

Antecipando a realidade que hoje se vive, o Poder Local Democrático defendeu, em diferentes tomadas de posição, que o Arsenal do Alfeite fosse reintegrado na estrutura de Defesa Nacional que é a Marinha Portuguesa, enquanto empresa estratégica de suporte à atividade daquele ramo operacional das Forças Armadas, e seu principal fornecedor de serviços de manutenção dos navios da Armada.



A incompreensível e inaceitável situação que os trabalhadores do Arsenal do Alfeite vivem atualmente, com o atraso do pagamento do subsídio de Natal referente a 2020, e a forte ameaça de verem atrasados os pagamentos de outros vencimentos que lhes são devidos no futuro mais próximo, é um novo dado que confirma plenamente esta necessidade de reintegração daquela unidade fabril na Marinha Portuguesa.

O Estado Português, único acionista da empresa no seu formato atual, não pode demitir-se das suas responsabilidades próprias e inalienáveis como lamentavelmente está a fazer neste momento, e deve assumir no imediato a responsabilidade pelo pagamento dos salários em atraso, e garantir à empresa a liquidez necessária para que todos os compromissos relativos a vencimentos futuros dos trabalhadores sejam devidamente honrados nos momentos certos e próprios.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária no dia 17 de dezembro de 2020, delibere:

1. Saudar todos os Trabalhadores do Arsenal do Alfeite, expressando a sua mais viva e ativa solidariedade neste momento difícil que atravessam nas suas vidas pessoais, familiares e da empresa onde trabalham.
2. Exigir ao Governo da República que assuma as suas responsabilidades próprias e inalienáveis enquanto acionista único da Empresa Arsenal do Alfeite, SA.
3. Reafirmar a defesa de um Arsenal do Alfeite público, ao serviço do País, da Marinha Portuguesa e dos seus trabalhadores.”

6.3.6 – O Senhor Deputado Municipal António Oliveira (CDU) usou da palavra para apresentar a moção/deliberação “uma vitória dos pescadores e das populações. Construção de Porto de Pesca na Trafaria prevista no Orçamento de Estado para 2021”;

6.3.6.1 – O Senhor Deputado Municipal António Oliveira (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A construção de um Porto de Pesca na Trafaria é uma antiga aspiração dos pescadores, das populações e dos agentes locais do desenvolvimento.

Em sede de apreciação na especialidade do Orçamento de Estado para 2021, o PCP apresentou uma proposta de transferência de verbas do Ministério das Finanças para a DOCAPESCA, no montante de 500.000,00 €, destinada à construção do Porto de Pesca da Trafaria, a qual foi aprovada e incluída nos investimentos para o próximo ano, naquilo que constitui uma importante vitória dos Pescadores que exercem a sua profissão naquela localidade do nosso Concelho, e da população da Trafaria em geral.

Desde há largos anos que este projeto, nas diferentes variantes e alternativas que assumiu ao longo do tempo, tem vindo a ser adiado, não obstante as promessas feitas por sucessivos governos.



Foi inequívoco, no passado, o empenhamento do Município de Almada na defesa de concretização da construção desta infraestrutura, que permitirá corrigir uma situação inadmissível, que se verifica há mais de uma década, em que o Estuário do Rio Tejo, no centro da Área Metropolitana de Lisboa, não dispõe de um porto de pesca.

De facto, apenas a construção de uma infraestrutura portuária de maior dimensão na Trafaria, dedicada à atividade piscatória, dará resposta concreta às necessidades da região, fortemente prejudicada pelas consequências do desmantelamento da doca de Pedrouços.

A preços de há cerca de oito anos, o valor do investimento para construção do Porto de Pesca na Trafaria foi estimado na ordem dos 6 milhões de euros um valor que exige claramente que o Governo chame a si os custos da construção, como agora foca consagrado com este primeiro passo concreto dado pelo Orçamento de Estado para 2021.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária no dia 17 de dezembro de 2020, delibere:

1. Saudar a decisão da Assembleia da República de inscrever no Orçamento de Estado para 2021 verbas significativas destinadas à construção de um Porto de Pesca na Trafaria.
2. Reiterar a importância da construção daquela infraestrutura de apoio a uma significativa dimensão da atividade económica e do desenvolvimento da Freguesia da Trafaria, do Concelho de Almada e de toda a Área Metropolitana de Lisboa.
3. Saudar os trabalhadores da pesca e a população da Freguesia da Trafaria pela sua luta em defesa do desenvolvimento local.”

6.3.7 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Revés (CDU) usou da palavra para apresentar a moção/deliberação “pela reativação do Sítio da Assembleia Municipal de Almada na Internet”;

6.3.7.1 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os sítios institucionais da Autarquias Locais na internet são, nos dias de hoje e cada vez mais, veículos fundamentais e imprescindíveis na promoção de uma cidadania ativa e participativa.

São poderosos instrumentos potenciadores de uma cada vez maior transparência na atuação dos órgãos autárquicos permitindo, não só, um acompanhamento constante e atualizado por parte dos munícipes sobre esta atuação, mas, mais importante ainda, que estes possam avaliar de forma permanente o desempenho dos eleitos locais aos quais, deram o seu voto.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Constituem, por esta razão, uma forma importantíssima de aproximação dos cidadãos às políticas públicas, melhorando a comunicação, consolidando, assim, uma relação, cada vez mais profunda, de confiança entre estes e as suas Autarquias Locais.

Por outro lado, são igualmente importantes fontes de informação histórica sobre os municípios, por todo o acervo documental que vão acumulando, permitindo, desta forma, uma maior compreensão sobre a evolução destes ao longo dos tempos reforçando, o conhecimento e a transparência na relação das Autarquias Locais com os seus municípios.

O sítio da Assembleia Municipal de Almada foi precisamente, até há cerca de dois anos, um destes instrumentos. Nele se encontrava espelhada a história já de algumas décadas da atividade deste órgão e dos seus eleitos. Nele era possível pesquisar e consultar as atas e deliberações que assim entendessem e tivessem interesse.

Aquele sítio assumiu-se assim, durante anos, como uma importante e poderosa fonte de conhecimento e de intervenção municipal.

Por esta razão, o Grupo Municipal da CDU não entende e não aceita que, com a desculpa de se estar a “reformular” o sítio, este esteja atualmente reduzido a uma mera subpágina do portal da Câmara Municipal e, o que ainda é pior, que toda a informação histórica da atividade desta Assembleia não tenha sido disponibilizada e sim apenas a do atual mandato.

Não podemos, por isso, pactuar com esta minimização deste que é o Órgão máximo do Município de Almada, nem com esta falta de transparência, esta tentativa de apagar e silenciar o passado.

Assim, o Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal de Almada, propõe que a Assembleia, reunida em sessão ordinária nos dias 17 e 18 de dezembro de 2020, delibere:

1. Exigir à Câmara Municipal de Almada a imediata disponibilização de toda a informação que se encontrava disponível no sítio da Assembleia Municipal na Internet.
2. Exigir que, no mais curto espaço de tempo, a Assembleia Municipal de Almada volte a possuir um sítio próprio com toda a informação, histórica e atual, sobre o funcionamento deste órgão autárquico.”

6.3.8 – O Senhor Deputado Municipal Luís Palma (CDU) usou da palavra para apresentar a moção/deliberação “pela aplicação do suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade”;

6.3.8.1 – O Senhor Deputado Municipal João Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Data de 1998 a aprovação da legislação que “regulamenta as condições de atribuição dos suplementos de risco, penosidade e insalubridade”.



Aquela legislação consagrou as figuras de compensações, suplementos e demais regalias a atribuir aos trabalhadores em função de algumas particularidades específicas do trabalho prestado no âmbito da Administração Pública, incluindo os serviços e organismos da administração local.

Não obstante a aprovação daquela legislação, a regulamentação para aplicação à Administração Pública Local nunca foi concretizada, em prejuízo dos trabalhadores que nunca viram os seus direitos devidamente garantidos.

Em 2008, a Lei nº 12-A/2008 revogou expressamente o Decreto-Lei aprovado em 1998, e voltou a inscrever a previsão de atribuição dos suplementos remuneratórios aos trabalhadores da Administração Pública Local.

Esta nova realidade legislativa não foi acompanhada, uma vez mais, da indispensável regulamentação, fazendo com que mais de vinte anos após a aprovação desta disposição legal, o legítimo direito dos trabalhadores da administração local não tenha tido qualquer aplicação concreta.

Ao longo destes mais de 20 anos, em iniciativas legislativas sucessivas, o PCP apresentou na Assembleia da República propostas concretas que visavam a regulamentação da Lei, determinando o seu âmbito de aplicação, as regras de cálculo e o modo de pagamento destes suplementos, bem como dos respetivos complementos a atribuir em acréscimos aos referidos suplementos.

O Orçamento de Estado para 2021 consagrou finalmente a efetivação deste direito dos trabalhadores da Administração Local, ainda que fixando valores aquém daqueles que seriam devidos e que a proposta do PCP previa, remetendo para os órgãos executivos das autarquias locais a atribuição e aplicação direta destes suplementos.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propões que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária no dia 17 de dezembro de 2020, delibere:

1. Instar a Câmara Municipal de Almada a proceder à atribuição e aplicação dos suplementos de risco, penosidade e insalubridade aos trabalhadores do município que dele possam beneficiar nos termos da Lei, de modo a garantir que esse suplemento passe a ser devido a partir de 1 de janeiro de 2021, e reconhecendo ao conjunto dos trabalhadores abrangidos que lhes seja conferido o grau mais elevado de penosidade e insalubridade previsto na mesma legislação.
2. Saudar os trabalhadores da autarquia pela luta que ao longo dos anos travaram pela concretização deste direito."

6.3.9 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU) usou da palavra para apresentar a moção/deliberação "contra o encerramento do balcão de Caixa Geral de Depósitos na Caparica;

6.3.9.1 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):



“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Administração da Caixa Geral de Depósitos (CGD) tomou recentemente a decisão de encerramento de mais um balcão no nosso Concelho, no caso a sua única agência bancária existente na União das Freguesias de Caparica e Trafaria, situada no centro da vila do Monte de Caparica.

Esta decisão, que se soma a decisões semelhantes tomadas em relação a balcões da CGD em Almada, Cacilhas, Sobreda e Feijó (Almada Fórum e Estrada da Algazarra), contraria frontalmente os princípios do serviço público bancário que tem que ser assegurado às populações. Não é o que acontece pela orientação que a gestão desta instituição bancária, que se mantém na esfera do Estado, não obstante a intensa operação desenvolvida que procurou enfraquecer e descredibilizar o banco público, visando a sua privatização.

A agência da CGD no Monte de Caparica funciona no centro da Freguesia há mais de 25 anos, e foi apresentada como alternativa para justificar o encerramento da agência da Caixa Geral de Depósitos na Sobreda.

O seu encerramento deixará sem serviços bancários públicos não apenas os cerca de 27.000 habitantes da União das Freguesias de Caparica e Trafaria, mas também os mais de 50.000 habitantes residentes entre aquelas duas cidades, nomeadamente a norte das freguesias da Sobreda e Charneca da Caparica, que a ela recorriam em razão da sua centralidade e facilidade de acesso.

Situando-se na proximidade de diferentes serviços públicos (Junta de Freguesia e Mercado), estabelecimentos escolares (Escola Secundária do Monte de Caparica) e dois campus universitários (Faculdade de Ciências e Tecnologia e Egas Moniz), o encerramento deste balcão deixará de servir igualmente os muitos trabalhadores, comerciantes, micro e pequenos empresários e estudantes que se vêm privados de mais um serviço de proximidade, tão importante para a dinamização da Economia Local.

O encerramento desta dependência bancária é ainda particularmente gravoso para a população idosa, em muitos casos totalmente dependente do funcionamento das agências da CGD para poderem receber as suas pensões, e sem condições de mobilidade para acederem às agências situadas em Almada ou na Costa da Caparica, ao que acresce o encerramento do posto de Correios.

A recente recapitalização da Caixa Geral de Depósitos não pode servir de pretexto para aplicar “restruturações” que promovam o encerramento de agências, despedimento e deslocalização de trabalhadores e enfraquecimento do seu papel enquanto banco público, para dessa forma defender os interesses da banca privada.

A CGD pertence a um sector estratégico que tem de estar ao serviço das Populações e do País.

Num período em que as medidas sanitárias em vigor são já bastante restritivas relativamente ao acesso a serviços bancários de proximidade, e quando se verifica mais necessário dinamizar e apoiar a economia local,



não encontramos quaisquer razões objetivas que justifiquem esta medida absurda por parte da CGD que deveria, isso sim, melhorar a sua cobertura territorial, reabrindo outras instalações anteriormente encerradas. Perguntamos, por isso, a quem servirá o fecho da agência do Monte de Caparica? Às populações, que não merecem este grave ataque aos seus direitos e garantias, não será seguramente.

Nestes termos, a CDU propõe que a Assembleia Municipal e Almada, reunida em sessão pública, no dia 17 de dezembro de 2020, delibere:

1. Manifestar o seu total empenho na luta contra o encerramento da agência bancária da Caixa Geral de Depósitos no Monte de Caparica e contra os despedimentos que estas medidas implicam.
2. Saudar as populações residente, trabalhadores e estudantes no Monte de Caparica, e as suas ações de luta contra o encerramento desta agência.
3. Solicitar à Administração da Caixa Geral de Depósitos, à tutela governamental e aos Deputados na Assembleia da República, a intervenção para impedir este encerramento.”

6.3.10 – A Senhora Deputada Municipal Fátima Marras (BE) usou da palavra para apresentar a moção “pela tradução em Língua Gestual Portuguesa das transmissões da Assembleia Municipal”;

6.3.10.1 – A Senhora Deputada Municipal Fátima Marras (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Considerando que:

A Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada por Portugal, prevê no Artigo 29º, relativo à participação na vida política e pública que:

Os Estados partes garantem às pessoas com deficiência os direitos políticos e a oportunidade de os gozarem, em condições de igualdade com as demais pessoas, e comprometem-se:

A assegurar que as pessoas com deficiências podem efetiva e plenamente participar na vida política e pública, em condições de igualdade com os demais, de forma direta ou através de representantes livremente escolhidos, incluindo o direito e oportunidade para as pessoas com deficiência votarem e serem eleitas;

Garantindo que os procedimentos de eleição, instalações e materiais são apropriados, acessíveis e fáceis de compreender e utilizar”.

A situação vivida pelo país e no Mundo devido à pandemia do COVID 19 e todo o esforço imposto a todas e todos os Portugueses no sentido de não saírem de casa e terem precauções de higiene, de não se aglomerarem em espaços fechados e diminuírem o contato físico ao máximo;



A 15 de novembro se assinalou o Dia Nacional da Língua Gestual Portuguesa, que visa chamar a atenção para o direito de as pessoas surdas terem acesso a todas as informações/comunicações através de um sistema representação constituído por palavras e por regras oficial e legalmente reconhecido;

Enquanto órgão deliberativo, a Assembleia Municipal é fundamental na aprovação das decisões tomadas pelo executivo municipal

As reuniões da Assembleia Municipal de Almada são transmitidas em direto por vídeo através da internet;

As próximas reuniões da Assembleia servem para a aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento para o ano 2021, documentos de extrema importância para o funcionamento da autarquia;

O princípio democrático de transparência nas decisões dos órgãos públicos e da participação de todas e todos as cidadãs/cidadãos nas decisões tomadas pelos mesmos.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida a 17 de dezembro de 2020, delibera:

1. garantir a existência de tradutores de Língua Gestual Portuguesa e/ou legendas, que podem ser geradas por programas de forma automática, nas transmissões das suas reuniões plenárias, assegurando-se assim o direito à participação na vida política e pública às pessoas com deficiências.

2. saudar o dia 15 de novembro, Dia Nacional da Língua Gestual Portuguesa, e todas as pessoas surdas, bem como pugnar pela implementação de medidas que permitam cumprir o direito à autonomia e autodeterminação da comunidade surda.”

6.3.11 – A Senhora Deputada Municipal Inês Bom (BE) usou da palavra para apresentar o voto de saudação “dia internacional pela eliminação da violência contra as mulheres”;

6.3.11.1 – A Senhora Deputada Municipal Inês Bom (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A 25 de novembro o mundo assinala a luta pela eliminação da violência contra as mulheres.

É uma luta que registou mundialmente muitos avanços, mas que persiste inacabada. Ainda vivemos numa sociedade culturalmente marcada pelo sexismo em que a brutalidade da dominação masculina se traduz em diversas formas de discriminação e violência que carregam uma indiscutível marca de género.

A pandemia que atravessamos trouxe dificuldades acrescidas à prevenção e ao combate a estas violências, em especial à violência nas relações de intimidade e aos femicídios. O confinamento reforçou o isolamento de muitas mulheres e aprofundou a sua vulnerabilidade às estratégias de dominação dos agressores tornando mais difícil e arriscado pedir ajuda.

Em Portugal, de acordo com os dados preliminares do Observatório das Mulheres Assassinadas da UMAR, em 2020, já foram assassinadas 30 mulheres, 16 em contexto de relações de intimidade e registaram-se 43 tentativas de femicídios. Há agora mais 21 crianças órfãs vítimas da violência contra as mulheres.



Na Europa, uma em cada três mulheres já foi vítima de violência física e/ou sexual. 80 % das vítimas de tráfico a nível da União Europeia são mulheres. Nos países em vias de desenvolvimento, uma em cada três raparigas casa antes de atingir 18 anos de idade.

São violências abjetas, que rasgam a sociedade e cujas feridas são ainda mais profundas quando se fala de mulheres negras, ciganas, migrantes, trans, lésbicas, com deficiência e tantas outras multiplamente excluídas e discriminadas na sociedade.

Eliminar a violência contra as mulheres e as raparigas é condição para a igualdade de género e tem de ser um esforço coletivo e internacional. No passado dia 25 de novembro, em Lisboa, concentraram-se centenas de mulheres para reclamar o fim da violência contra as mulheres que já tirou a vida a 30 mulheres só este ano e pedir políticas públicas de combate às desigualdades profundas e por uma justiça livre de discriminação.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida a 17 de dezembro de 2020, delibera:

1. Saudar as iniciativas do dia 25 de novembro corrigir para “Saudar as iniciativas desenvolvidas no âmbito da luta pela eliminação da violência sobre mulheres ocorridas no dia 25 de novembro “e o trabalho de todos e todas aquelas que fazem da luta pela eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres condição fundamental para o respeito pelos Direitos Humanos e para uma sociedade livre, democrática e igualitária.”

6.3.12 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) usou da palavra para apresentar a moção “construção da nova ala de ambulatório do Hospital Garcia de Orta”;

6.3.12.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Hospital Garcia de Orta há muito que passa por diversas dificuldades que, no limite, colocam em risco a prestação e o melhor acesso aos cuidados de saúde devido à falta de investimento adequado e devidamente planeado, nomeadamente em recursos humanos, que consiga equilibrar e normalizar o funcionamento das várias áreas do respetivo estabelecimento de saúde situado no concelho de Almada, mas que abarca utentes de outros concelhos com considerável índice populacional.

Os diversos constrangimentos causados em consequência da existência de um plano eficaz e integrado de saúde no Serviço Nacional de Saúde (SNS), agudizou-se, e muito, com o aparecimento da pandemia de covid19, tornando a sua gestão descontrolada ao nível de várias áreas.

O deficit de profissionais de saúde, em concreto médicos especialistas, a falta de enfermeiros, a falta de pessoal auxiliar, a juntar à lista de espera para consultas e cirurgias, quando não adiadas, deixam os hospitais públicos com enormes carências ao nível de uma melhor prestação de cuidados médicos às populações, problemas esses, aos quais o Hospital Garcia de Orta não é exceção.



Apesar de algumas melhorias e tentativas de ultrapassar os problemas no SNS, onde se destaca o recente primeiro tratamento para a retinopatia da prematuridade em Portugal com Ranibizumabe e kit Visisure, o serviço público de saúde no Hospital Garcia de Orta, está ainda muito aquém das reais e verdadeiras necessidades, encontrando-se ainda muito longe de se colmatar todas as falhas.

No que respeita ao investimento nacional nas infraestruturas da saúde, no caso do hospital em Almada, há muito que é uma prioridade tendo em vista a necessidade do incremento na prestação dos cuidados de saúde dos milhares de utentes que o HGO recebe por ano dividido pelos concelhos de Almada, Seixal e Sesimbra, e distribuído por várias valências.

Posto isto, e considerando o projeto existente para o alargamento das infraestruturas no HGO, é urgente e de crucial importância, a construção e a concretização da nova ala de ambulatório no hospital, libertando e adequando os recursos de forma mais eficaz e eficiente e, respondendo melhor face às necessidades que a procura exige.

Assim sendo, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 17 e 18 de Dezembro de 2020, em sessão ordinária, na localidade do Feijó, vem defender junto da tutela governativa, nomeadamente junto do Ministério da Saúde, a necessidade da construção e concretização da nova ala de ambulatório no Hospital Garcia de Orta, reconhecendo a verdadeira impotência que a mesma tem para melhoria das condições de prestação de saúde pública às populações servidas pelo respetivo estabelecimento de saúde adequando as respostas à procura e às necessidades.”

6.3.13 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) usou da palavra para apresentar a moção “criação dos Julgados de Paz em Almada”;

6.3.13.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os Julgados de Paz têm base constitucional (artigo 209º, nº2 da Constituição da República Portuguesa, com a epígrafe “Categorias de tribunais”), e tiveram a sua fundação com a aprovação da Lei n.º 78/2001, de 13 de julho – Lei de Organização, Competência e Funcionamento dos Julgados de Paz, ou como é conhecida, Lei dos Julgados de Paz, que viu a sua primeira alteração em 2013, pela Lei n.º 54/2013, de 31 de julho.

Estes Tribunais, ao contrário dos Tribunais Judiciais, prima por uma menor rigidez formal, fomentando desde logo a via do diálogo, da conciliação e da mediação entre as partes, e com o intuito de combater a excessiva morosidade no sistema judicial tradicional, que “usa e abusa” de expedientes dilatatórios, próprios do Direito Processual.



Os Julgados de Paz tendem, antes de tudo, a servir a cidadania, um dos modos de o conseguir está em criar alívio na excessiva sobrecarga dos Tribunais” e “o caminho para tal desiderato pode e deve passar por aliviar os Tribunais judiciais de parte da sua sobrecarga e, com isto, constituir-se um objetivo mediato, importante, dos Julgados de Paz.

No início de 2002, entraram em funcionamento, a título experimental os primeiros Julgados de Paz, com a promoção de novas e diferentes formas de resolução de litígios, assentes em modelos agilizados e eficazes de jurisdição, em estreita colaboração com as autarquias, e numa perspetiva de proximidade entre a jurisdição e os cidadãos.

A competência dos julgados de paz é exclusiva a ações declarativas, contudo, o legislador atribui-lhes competência material, relativamente a pedidos de indemnização cível, emergentes da prática dos crimes de ofensas corporais simples; ofensa à integridade física por negligência; difamação; injúrias; furto simples; dano simples; alteração de marcos; burla para obtenção de alimentos, bebidas ou serviços, sendo que o valor das ações não pode ser superior a EUR 15.000,00.

Nos Julgados de Paz pretende-se descomplicar, simplificar todos os atos processuais que poderiam significar um quebra-cabeças para o cidadão comum e inibi-lo de exercer um seu direito fundamental constitucionalmente consagrado, o direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva, decorrendo daí que, nestes tribunais, simplicidade seja sinónimo de informalidade, de utilidade, de celeridade, de decisão em prazo razoável.

Deste modo, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 17 e 18 de dezembro na localidade do Feijó, defende a criação e implementação com celeridade dos Julgados de Paz no concelho de Almada, considerando um instrumento fundamental de direito e do acesso à justiça junto dos cidadãos, ao mesmo tempo que desburocratiza os processos morosos do tradicional sistema judiciário, agilizando e acelerando a justiça.”

6.3.14 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE) usou da palavra para apresentar a moção “pela defesa do Arsenal do Alfeite, SA e dos seus trabalhadores”;

6.3.14.1 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em 2009, o Arsenal do Alfeite foi extinto e transformado em Arsenal do Alfeite S.A., sociedade anónima de capitais públicos, com o pretexto de ampliar o número de potenciais clientes, tanto a nível nacional como internacional, e de desenvolver o negócio com vista à sua modernização.

No entanto, os resultados destes últimos onze anos que precederam esta transformação não foram, de todo, positivos. Desde então, este estaleiro de fundamental importância histórica e estratégica para o país, que se destacou por largos anos na construção, reparação e manutenção naval, tem vindo a ser apartado das suas



competências, sendo a sua degradação ilustrada pela perda substantiva do número de trabalhadores, pelo encerramento da sua Escola de Formação e pela consequente perda de valências e know-how.

Mais recentemente, deu-se a exoneração de mais uma Administração do Arsenal do Alfeite, justificada pela necessidade de implementação de “um novo modelo de gestão”. Curiosamente, tendo sido a quarta Administração do Arsenal do Alfeite exonerada em 10 anos, todas as Administrações predecessoras afiguravam-se enquanto impulsionadoras de “um novo modelo de gestão”, disponibilizando-se a promover “investimentos” e “modernizações”. Lamentavelmente, todas elas acabaram por não conseguir evitar a descapitalização e destruição da empresa.

De facto, a replicação e perpetuação, de “novos modelos de gestão” para o Arsenal do Alfeite têm sido o reflexo mais evidente do despreparo e falta de norteammento estratégico dos vários governos que têm vindo a reger os destinos do ramo da Defesa e do setor da construção naval na última década.

De igual modo, tem-se tornado evidente que serão necessários mais trabalhadores para fazer face às necessidades operacionais do Arsenal, pelo que a impassibilidade do Governo veio aprofundar as dificuldades há muito vividas pelos seus trabalhadores, tanto em termos do cumprimento da capacidade operacional do estaleiro, que tende a ser cada vez mais limitada, bem como ao nível da perda de conhecimento e transmissão de saberes adquiridos ao longo de vários anos.

Finalmente, mas não menos grave, em novembro do presente ano, os trabalhadores deste estaleiro naval foram confrontados com um aviso (27/2020) remetido pelo Conselho de Administração reportando que, dada a periclitante situação financeira da empresa, esta não estaria em condições de pagar o subsídio de Natal aos mais de 400 trabalhadores do Arsenal do Alfeite.

O Ministro da Defesa Nacional veio remeter a resolução deste assunto para a administração do Arsenal do Alfeite, pois, segundo o próprio, não está encarregue de administrar a empresa nem incumbido de identificar os mecanismos que permitam efetuar o pagamento de salários aos trabalhadores.

Esta escusa de responsabilidades por parte do Ministro da Defesa Nacional ignorou o facto de serem as políticas orçamentais por si implementadas que vêm determinar o quadro financeiro das empresas do Estado e, por sua vez, a sua operabilidade e sustentabilidade, ainda para mais quando foram precisamente as desastrosas políticas de desinvestimento público na área da construção naval deste e de anteriores governos que levaram à rutura agora tangível nos estaleiros do Arsenal do Alfeite.

Felizmente, os salários em atraso foram pagos no passado dia 15 de dezembro, último dia de limite legal, mas segundo o próprio Presidente do Conselho de Administração do Arsenal do Alfeite S.A., o pagamento dos salários de janeiro, fevereiro ou março não parece estar garantido.

Este contexto de profunda volatilidade e incerteza leva esta Assembleia a defender uma inversão do corrente processo de descapitalização e destruição do Arsenal do Alfeite, rumo a um caminho de sustentabilidade operacional, logística e financeira que garanta condições laborais e salariais aos seus trabalhadores.



É preciso, pois, salvaguardar e resgatar este importante estaleiro e que, apesar das várias certificações de qualidade dos serviços prestados, foi durante muitos anos esquecido e ignorado pelo poder político e que continua a ser o maior empregador do concelho de Almada e um dos maiores do distrito de Setúbal.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 17 de dezembro de 2020, em Almada, delibera:

1. Lamentar e repudiar o atraso no pagamento do subsídio de natal aos trabalhadores do Arsenal do Alfeite S. A.;
2. Manifestar a sua solidariedade para com todos os trabalhadores que mesmo no decorrer de uma crise pandémica e sanitária permanecem em laboração, dando prossecução às necessidades operacionais do estaleiro;
3. Defender a reativação e modernização da Escola de Formação do Arsenal do Alfeite, garantindo uma formação contínua, especializada e mais abrangente que possibilite a renovação interna dos seus trabalhadores;
4. Pugnar pela contratação de mais trabalhadores, para que o Arsenal do Alfeite S. A. possa prosseguir as suas atividades com vitalidade e num quadro viável e de respeito pelos direitos do seu pessoal.”

6.3.15 – Usou da palavra o Senhor Presidente para esclarecer o conteúdo da moção apresentada pela CDU sobre “a reativação do sítio da Assembleia Municipal de Almada na Internet”.

6.3.15.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De uma forma muito sucinta relativamente ao site da Assembleia Municipal.

De facto, a situação verificada por razões técnicas que na altura foram referidas, a situação de queda do site que existia da Assembleia Municipal, que era um site que revelava um conjunto de boas praticas e que obviamente, favorecia a imagem pública da Assembleia Municipal, essa situação obviamente, é uma situação que deve ser resolvida e tem de ser resolvida o mais rapidamente possível.

Durante algum tempo houve alguma indefinição, nomeadamente de saber se o site da Assembleia Municipal devia ou não devia integrar o esforço que estava a ser desenvolvido no sentido de modernizar também o site da Câmara Municipal, depois já no final do ano passado e no início deste ano, chegou-se à conclusão que era mais prudente e permitiria atingir mais rapidamente os objetivos que se atomizassem os processos. E foi a partir daí que se começou a desenvolver um trabalho que já está bastante avançado, portanto, nesse trabalho tenho tido um grande empenho da parte do Gabinete da Senhora Presidente da Câmara Municipal, do Departamento de Informática e do Departamento de Comunicação, e já pedi aos serviços para comunicar aos Senhores Presidentes dos Grupos Municipais que iríamos fazer uma reunião no final da 1ª quinzena de janeiro, para fazer o ponto da situação e ver de que modo é que podemos acelerar e dar por fim dos trabalhos.

Finalmente, e porque eu acho que todos nós devemos ter um esforço no sentido de falar verdade e assumir as responsabilidades, no ultimo mês e meio, por razões profissionais e também por alguns problemas de



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

saúde, eu não pude dar o empenho que o tema merece. E, portanto, estas ultimas semanas de atraso, a responsabilidade é essencialmente minha que assumo perante a Assembleia Municipal, não é da Câmara Municipal, porque como disse, depois de um momento inicial de indefinição há o empenho e penso que na próxima Sessão da Assembleia Municipal, no próximo ano, já nos podemos regozijar pela evolução tida.

De qualquer modo, assinalar que a ambição expressa pelo Grupo Municipal a CDU, é uma ambição partilhada por todos, nomeadamente, pelo Presidente e pela Mesa, de facto, a esmagadora maioria das Assembleias Municipais não tem site próprio, mas a Assembleia Municipal de Almada tinha e não deve deixar de ter. Portanto, é uma ambição que assumimos todos e que vai com toda a certeza ser levada a bom porto muito brevemente.

Portanto, a minha intervenção é no sentido de não permitir pelo meu silêncio que fosse assacado responsabilidades à Câmara Municipal que não tem nesta matéria, neste momento responsabilidade pelo atraso, pelo menos destas ultimas semanas como referi.”

6.3.16 – Usou também da palavra o Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU) para apresentar um protesto. Declarou ainda que a Grupo Municipal da CDU retira da discussão a moção/deliberação apresentada sobre “a reativação do sítio da Assembleia Municipal de Almada na Internet”.

6.3.16.1 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as deputados/as Municipais;

Para nos termos do Regimento, apresentar um protesto da bancada da CDU.

Na reunião da 1ª Comissão Permanente desta Assembleia Municipal, realizada no passado dia 15 de dezembro, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, afirmou que tinha promovido duas reuniões ao abrigo do Estatuto da Oposição, e à segunda dessas reuniões, a CDU teria sido a única força política a faltar, por considerar que não valia a pena realiza-la.

Admitimos que a Senhora Presidente estivesse mal informada no momento em que o declarou.

A verdade e o que importa é a verdade, é que a CDU, no caso o PCP, em representação da CDU, foi convidado para uma reunião ao abrigo do Estatuto da Oposição, por correio eletrónico assinado pelo Senhor Chefe de Gabinete, no dia 10 de dezembro às 16H59, propondo-se que essa reunião se realizasse no dia seguinte 11 de dezembro pelas 16H00.

No dia 11 de dezembro, igualmente por correio eletrónico da Comissão Concelhia de Almada do PCP, foi enviado pelas 12H21 ao Senhor Chefe de Gabinete, a informação de que por razões de agenda, não seria possível assegurar a presença da CDU na reunião desse dia, avançando no mesmo texto com a alternativa de uma data entre 14 e 16 de dezembro.

A partir daqui silêncio, da parte da Senhora Presidente da Câmara Municipal e do seu Gabinete, até à infeliz declaração da Senhora Presidente na reunião da 1ª Comissão no passado dia 15.

Fica registado o protesto da CDU, pela intervenção da Senhora Presidente, e fica reposta a verdade dos factos.



Solicito ao Senhor Presidente, da Assembleia Municipal, que os serviços possam distribuir uma cópia da troca de correio eletrónico entre o PCP e o Gabinete da Senhora Presidente, a cada um dos Grupos Municipais, a cada um dos Senhores Representantes únicos dos partidos políticos e ao Senhor/a Deputado/a Municipal Independentes.”

6.3.17 – No debate usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais António Salgueiro (PSD), António Pedro Maco (CDS-PP), Sílvia Sousa (Ind), Artur Alfama (PAN), João Geraldês (CDU), José Rocha (BE), Ivan Gonçalves (PS), e ainda a Senhora Presidente da Câmara.

6.3.17.1 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para dar naturalmente o sentido de voto da CDU relativamente aos diferentes documentos que foram apresentados, mas a primeira nota que gostaríamos de aqui deixar era a da retirada desta Sessão, da nossa proposta de moção relativa ao site da Assembleia Municipal, em função daquilo que foi o compromisso e aquilo que foi aqui dito pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Portanto, nesta Sessão não votaríamos esta proposta, retiramo-la, mantendo-a naturalmente digamos em standby para uma futura oportunidade e esperando pelo desenvolvimento daquilo que o Senhor Presidente aqui nos anunciou há pouco tempo.

Depois relativamente aos documentos apresentados, vamos votar em sentido favorável as duas moções propostas pelo PSD e pelo Bloco de Esquerda relativas ao Arsenal do Alfeite, mas gostaríamos de sublinhar que como aliás, fazemos na nossa própria proposta sobre o Arsenal do Alfeite, que a grande questão relativa às dificuldades que a empresa está a passar, se prende com a decisão tomada há anos, de transformar o Arsenal do Alfeite numa Sociedade Anónima, afastando-a da orbita da Marinha Portuguesa e, portanto, que a questão central, e a solução do problema, passa pela reintegração como nós defendemos, do Arsenal do Alfeite na marinha Portuguesa.

Depois, relativamente á nossa proposta sobre o Arsenal do Alfeite, gostaríamos de solicitar a introdução de uma pequeníssima correção ao texto que está distribuído, o texto que foi lido aqui pelo meu camarada Luís Palma já tem esta correção, mas o que está distribuído não tem, que é no 7º paragrafo, a seguir ao subsidio de Natal referente a 2020, a introdução desta frase: “entretanto pago”. Porque a nossa moção foi distribuída antes do conhecimento do pagamento dos subsídios de Natal aos trabalhadores do Arsenal do Alfeite, portanto, não contem essa referência na nossa intervenção, já o fizemos.

Relativamente à moção que o PSD aqui apresentou sobre a floresta autóctone, nós temos uma proposta de alteração ao ponto 3 da parte deliberativa. Que deverá na nossa opinião passar a dizer o seguinte: “apelar à Câmara Municipal que na sua atividade do dia a dia, envolva a comunidade na defesa da nossa floresta e espaços verdes, e participe sempre que possível, nas ações de plantação promovidas pelo Município sempre



no respeito escrupuloso das normas de segurança, que vierem a ser definidas no âmbito do combate à pandemia COVID-19.

Finalmente, relativamente à moção apresentada pelo Senhor Deputado Municipal do PAN, sobre o cheque veterinário, nós solicitamos a votação por pontos desta proposta, sendo que, relativamente aos dois primeiros pontos da parte deliberativa a CDU irá abster-se e relativamente ao ponto 3 irá votar favoravelmente. A razão para a nossa abstenção prende-se simplesmente, com o facto de todas as propostas que constam da proposta do PAN, podem e devem ser garantidas pelos serviços municipais. Aliás, grande parte das propostas que o PAN faz, já estão tanto quanto é do nosso conhecimento, enquadrado em diversos protocolos e em diversos acordos, que têm sido celebrados a este nível, pela Câmara Municipal com diversas instituições do nosso Concelho. E até com instituições fora do Concelho. E, portanto, não vemos razão para duplicar aquilo que a Câmara Municipal já está a fazer, o que nós vemos razão obviamente, e exigimos, é que a Câmara Municipal disponha dos recursos necessários para que estas questões que são questões pendentes e que são questões de importância, possam ser efetivamente asseguradas pelo Município, não vemos é razões para que elas sejam transferidas para um cheque veterinário e para um acordo com a Ordem dos Médicos Veterinários, dado que efetivamente o Município já está a desenvolver estas atividades.

Votaremos a favor naturalmente de todos os outros documentos.”

6.3.17.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De forma muito breve prestar aqui alguns esclarecimentos, relativamente a algumas das moções que foram apresentadas, não pondo naturalmente em causa qualquer uma delas.

Dizer que, relativamente à questão do cheque veterinário, todo o processo já está a ser analisado e penso que poderemos chegar a uma boa conclusão, reconhecendo que, a Câmara Municipal já tem feito muito trabalho de articulação com as várias associações, mas nós estamos a atravessar um período de grande crise económica e nós sabemos que nestes períodos de grande crise económica, normalmente o primeiro elemento que se descarta infelizmente, é o animal de companhia e portanto, este apoio excecional até perante uma situação excecional, pode evitar muito dos abandonos que depois vão sobrecarregar os serviços municipais aliados. Portanto, entra numa lógica que tem sido a lógica da Câmara Municipal de reforçar toda a sua política de proteção do bem-estar animal e também de pedagogia e assim também, como apoio numa situação absolutamente excecional.

Relativamente à moção do PSD e aqui mais sobre a floresta autóctone e aqui um bocadinho também em resposta ao que foi dito pela CDU, eu quero lembrar que como vem mencionado na moção, a iniciativa “Sexta-feira pelo futuro” nasceu na educação para o envolvimento das comunidades escolares e, portanto, felizmente todos os serviços se associaram e bem, daí esta candidatura, daí este serviço, mas eu acho que dificilmente se pode conseguir maior envolvimento de toda a comunidade, do que trabalhar junto das escolas,



e isso tem sido de facto, as escolas, o elemento para plantar árvores. Mas é sempre bem-vindo e aliás, tem havido várias iniciativas que alargam essa ação de plantação de árvores, uma vez identificado o local, uma vez encontradas as espécies, e, portanto, tem sido de facto, uma iniciativa de grande sucesso, mas eu quero deixar claro que ela nasceu no âmbito das escolas, portanto, consideramos que o envolvimento das populações é de facto essencial.

Relativamente, à questão da Caixa Geral de Depósitos no Monte de Caparica.

Dizer aqui que, naturalmente, a Câmara Municipal lamenta o anúncio feito pela Caixa Geral de Depósitos. Dizer que consideramos que enquanto banco público, esta entidade bancária deveria consultar o Poder Local Democrático, seja a Juntas seja a própria Câmara Municipal, até para se poder ponderar ao nível das necessidades e que nesse sentido estamos a preparar justamente um ofício para enviar à Administração da Caixa Geral de Depósitos a pedir os esclarecimentos. Até porque eu acho que é importante para esta entidade bancária, perceber também as dinâmicas e todos os projetos que estão a acontecer no Monte de Caparica. E, portanto, parece-me claramente precipitado tomarem esta decisão sem auscultar no mínimo poderiam fazer até porque são uma entidade pública, o mínimo que podiam fazer era auscultar a Câmara Municipal antes de anunciar estes encerramentos. Portanto, sobre essa questão penso ter sido clara.

Relativamente, à questão da nova ala ambulatória do Hospital Garcia da Orta, a proposta do CDS-PP, quero dizer aqui que, há uns tempos tivemos uma reunião com a Administração do Hospital Garcia da Orta justamente para eles nos porem tudo o que está a ser feito e todos os projetos que têm neste momento, e o que nos foi dito, foi que no início do próximo ano, já estavam em condições de apresentar um projeto à ARS para a construção desta nova ala, o que não invalida a pertinência de uma moção nesse sentido naturalmente, aliás, tudo o que eu diga não poe em causa qualquer uma das moções.

Relativamente ao Arsenal do Alfeite, quero também deixar aqui a nota de preocupação, naturalmente da Câmara Municipal de Almada. É verdade que nestes 3 anos tivemos contacto com duas administrações, de cada vez estamos naturalmente conscientes da importância daquela empresa não apenas pelo seu histórico, mas também pela sabedoria e pela mestria do que lá é produzido e criado e consideramos e já várias vezes o mencionamos, que estamos até totalmente disponíveis para que ao nível do Arsenal do Afeite possa ser considerado numa verdadeira política de inovação, de especialização e de grande qualidade do trabalho feito. Relativamente ao porto de pesca, eu penso que já mencionei em várias ocasiões que a Câmara Municipal tem a intenção de requalificar toda aquela zona da Trafaria, inclusivamente a Doca Pesca já está a concluir a nova lota, chegamos a ter conversações com a SILOPOR lá estabelecida e queremos reatar as conversações com o Porto de Lisboa porque importa lembrar que aqueles terrenos também são do Porto de Lisboa, para podermos então lançar um projeto de requalificação de toda, não apenas toda aquela frente, mas sobretudo conseguirmos uma solução e isso tem sido a questão mais complicada, uma solução para a questão ali dos camiões.



Também temos estado em contacto com os pescadores, relativamente ao que eles desejam e necessitam, às vezes há aqui interesses conflitantes, portanto, é preciso encontrar uma solução que possa harmonizar as relações entre aqueles que poderão vir a utilizar o porto de pesca.

Relativamente ao subsidio de salubridade.

Quero dizer que, naturalmente aqui também a Câmara Municipal de Almada, nós já o tínhamos dito antes da aprovação do Orçamento, que se congratula com a aprovação deste subsidio de salubridade em sede de Orçamento do Estado, consideramos que é uma reivindicação muito justa, há muito que a defendemos aqui em Almada, nós, mas também os anteriores executivos, achamos que é mais que justo e então nesta altura em que os nossos serviços têm sido incansáveis e a dedicação e o esforço que têm feito, para nós é um grande motivo de orgulho e naturalmente a Câmara Municipal, irá cumprir tudo aquilo que estiver definido por lei relativamente a essa atribuição. Foi aqui dito que remeteu para os Municípios, para nós isso ainda não está claro, assim que tivermos essa clarificação e a regulamentação que está prevista iremos aplicar naturalmente no respeito de todos os requisitos legais, garantindo que os direitos dos trabalhadores são salvaguardados e até neste caso melhorados.

Importa lembrar que este subsidio já foi aprovado em 1987, e que nunca pode ser aplicado nos Municípios por falta de regulamentação. Portanto, o que nós esperamos é que desta vez não se espere tanto tempo, até se regulamentar algo que é uma reivindicação do nosso ponto de vista mais do que justa. Ou seja, não queremos é ver repetido o problema da regulamentação para a sua aplicação. Assim que tivermos os dados, a Câmara Municipal irá proceder naturalmente à adaptação dos seus estudos remuneratórios e todos estes complementos.

Eu penso que abordei todos os temas praticamente.

Naturalmente também nos juntamos às moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda relativamente ao Dia Internacional pela eliminação da violência contra as mulheres, sabemos que não são só as mulheres, mas onde o projeto do gabinete de apoio à vítima, aliás, permitam-me que diga, já está agendado para a próxima reunião de Câmara, é algo que está nas Grandes Opções do Plano e Orçamento, está pronto e está agendado para a nossa próxima reunião de Câmara para poder iniciar logo no início do ano. Portanto, parece-nos a nós uma questão fundamental. Não é que não houvesse em Almada serviços de apoio, agora neste caso infelizmente, os números obrigam-nos a ter uma resposta mais robusta para combater este flagelo. E permito-me também relembrar, a campanha que lançamos justamente nestes tempos, a seguir aos tempos de confinamento e tempos de crise económica, onde nós sabemos que infelizmente também têm efeitos muito negativos, lembrar a campanha que está na rua, contra a violência feita às mulheres, mas também às crianças e também aos idosos. Também importa lembrar outras vítimas recorrentes. Eu não estou aqui a ostracizar os homens, mas estamos a falar apenas de uma infeliz maioria de vítimas. E, portanto, é só nesse sentido, todas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

as vítimas naturalmente, merecem o nosso maior respeito e que sejamos muitos a lutar contra qualquer tipo de violência.”

6.3.17.3 – O Senhor Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à proposta que a CDU propõe sobre a nossa moção relativa à Floresta Autóctone, anunciar que aceitamos a proposta de alteração relativa ao ponto 3 da parte da deliberativa.

Sobre o cheque veterinário, e apesar de considerarmos que Serviço Veterinário Municipal, já desenvolve e já cumpre uma parte de facto, do reivindicado pelo PAN, informamos que vamos votar a favor, dando conta de que em fevereiro, aquando da alteração orçamental, se procurará alocar uma verba para o efeito.

Votaremos a favor das moções da CDU e do Bloco de Esquerda sobre o Arsenal do Alfeite, bem como da moção da CDU sobre a construção do Porto de Pesca da Trafaria, já que se trata de uma justa reivindicação dos pescadores e população daquela localidade.

Votaremos também a favor das moções da CDU sobre o suplemento de risco e sobre o encerramento da Caixa Geral de Depósitos no Monte de Caparica, solicitando a intervenção da Câmara Municipal junto desta instituição bancária, no sentido de reverter a intenção.

De igual forma, votaremos a favor das moções do Bloco de Esquerda que pretendem introduzir a tradução destas sessões através da linguagem gestual, e do documento sobre o Dia Internacional pela eliminação da violência contra as mulheres.

Finalmente, votaremos a favor das duas moções do CDS-PP, sobre a construção da nova ala ambulatória do Hospital Garcia da Orta, e pela criação do Julgados de Paz de Almada.”

6.3.17.3 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CDS-PP vai votar favoravelmente todos os documentos aqui apresentados e que vão a votação e começava pela moção que foi apresentada pelo CDS-PP, em que saudamos a resposta da Senhora Presidente da Câmara Municipal, visto que em reunião com o Conselho de Administração do Hospital Garcia da Orta, portanto temos essa indicação de que muito proximamente estamos em condições de o projeto ser aprovado. Aliás, é um projeto que já se arrasta há algum tempo e, portanto, foi também uma das considerações que foi pedido por parte do Hospital Garcia da Orta na reunião da 5ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal e ao qual o CDS teve necessidade de voltar também a lembrar para que esta Assembleia possa fazer também essa mesma defesa.

Portanto tendo essa indicação vamos aguardar que realmente seja para o bem dos serviços públicos de saúde. Depois, tomar nota de três moções apresentadas pela CDU.

A primeira moção tem a ver com a aplicação do suplemento pelo trabalho em condições de insalubridade por parte dos trabalhadores, uma moção que é bem-vinda, vai de encontro às reivindicações e também foram



transmitidas por muitos trabalhadores ao CDS nesta questão que por ventura já poderia ter sido colocado em prática se houvessem condições para a sua implementação e finalmente parece que vamos ter condições para que assim aconteça.

Depois também uma questão que o CDS não pode deixar de manifestar a favor, contra o encerramento do balcão da Caixa Geral de Depósitos na Caparica e depois terei uma outra intervenção em que farei também referencia a outro encerramento. Mas ficam privados como é evidente muitos munícipes, nomeadamente aqueles mais velhos de poderem aceder a este serviço público bancário ao qual só quem passa por ele é que percebe bem os constrangimentos que daí advém com o seu encerramento.

E depois também aqui, a questão do Porto de Pesca da Trafaria, que é também uma reivindicação entre outras, umas já foram aplicadas outras não, umas da responsabilidade da Câmara Municipal, outras da responsabilidade do Estado, e, portanto, é de salientar aquilo que e quem conhece a vida dos pescadores quer na Costa da Caparica, quer os pescadores portugueses, as muitas dificuldades que têm e ainda o mundo que há por fazer por estas pessoas que vivem do mar, é o seu sustento e que transversalmente a todos os governos, há muitas reivindicações que ainda não foram saldadas e que deveriam ser colocadas em prática o mais rapidamente possível.”

6.3.17.4 – A Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa (Ind):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Também peço a palavra para indicar o meu sentido de voto.

Votarei favoravelmente todas as moções porém, não queria perder a oportunidade de também me associar à moção apresentada pelo PSD relativamente à instalação o gabinete de apoio à vítima em Almada, lamentando porém, que tenham decorrido dois anos sobre a primeira apresentação e a descida à Comissão e falta de respostas que houve por parte do Município durante este tempo, para um assunto tão urgente e que obviamente é prejudicado numa altura de pandemia, mas que não deixa de ser um assunto na ordem do dia há bastante tempo. Efetivamente, nós temos tendência a olhar só para as vítimas da violência doméstica, mas vítimas são todos aqueles que são cerceados ou na sua liberdade, na sua integridade física, perante atuações de terceiros. Importa também salientar que a importância da APV porque ela está habituada ela enquanto instituição condecorada, condecorada no Estado Português, está habituada a lidar com todas estas vertentes da vítimas e do crime. Era importante também, e com a pandemia se assiste ao advento, de novos crimes ou pelo menos uma forma mais vincada nomeadamente o cyberbullying, é importante que a implementação que se saúda do protocolo com a APV, seja feita em conjunto com uma forte campanha de sensibilização de toda a gente, sabendo que há ali uma mão amiga, porque o grande aliado da violência é sem dúvida o medo e a vergonha. Por isso mesmo, não posso deixar de me congratular com a introdução do gabinete de apoio à vítima, mas também não posso deixar de lamentar o tempo decorrido, que foram dois anos e que foram dois anos perdidos.”



6.3.17.5 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Também para deixar aqui a posição do PAN em relação às diversas moções que se encontram sobre análise. Começando pelas moções sobre o Arsenal do Alfeite, subscrevemos naturalmente a importância do Arsenal do Alfeite, assim continue a contribuir para a defesa e manutenção de paz, e nunca para fundamentar ofensivas armadas, que não é o caso.

Em relação à moção em Defesa da Floresta Autóctone, apresentada pelo PSD, obviamente também votaremos favoravelmente. Relembrar que foi a primeira moção que o PAN apresentou aqui nesta Assembleia Municipal há já quase 4 anos, foi exatamente sobre a floresta Autóctone, aproveitamos que este assunto é trazido para pedir também ao PSD e ao executivo, que revise essa moção uma vez que alguns dos pontos que foram aqui aprovados estamos em crer que não estarão em plena execução.

Depois também em relação à moção que o Bloco de Esquerda apresenta sobre a questão da língua gestual, também apresentamos já no passado uma moção sobre o mesmo assunto, também é um tema que temos trazido por diversas vezes e obviamente subscrevemos em absoluto a moção apresentada.

Relativamente ao comentário que é feito pelo Senhor Deputado Municipal João Geraldês sobre o cheque veterinário, entendemos, tem todo o direito em fazer essas considerações, no entanto, consideramos nós que, todas as moções que possam existir, considerando o estado que existe nomeadamente em relação ao Serviço Veterinário Municipal também à falta de respostas que muitas vezes o Município consegue ou não dar, todos os instrumentos que possamos pôr ao dispor dos cidadãos, nesta fase particularmente complicada, serão sempre de louvar, que esta é apenas mais uma resposta que serve de complemento e não entra em concorrência com outras que eventualmente já existam neste momento.

Votaremos assim, favoravelmente todas as propostas, com exceção da proposta sobre o Porto de Pesca na Trafaria, que obviamente, não poderemos votar favoravelmente. A pesca é comprovadamente uma das atividades com mais dramáticos impactos ambientais, seja pelo descarte de artefactos de pesca, constituem uma parte significativa do lixo marinho que existe nos nossos oceanos, com todas as consequências daí decorrentes, mas também pelo impacto direto sobre as espécies contribuindo ativamente para uma significativa redução da biodiversidade e para o colapso já efetivo de muitos ecossistemas marinhos. Não podemos acompanhar obviamente, que se aposte num setor insustentável, como tem sido feito. No entanto, dizer que, não defendendo a pesca, defendemos obviamente os pescadores. Tal passa na nossa visão pelo estímulo à reconversão profissional, pelo apoio direto aos pescadores e às suas famílias, que dignifiquem as suas condições de vida, como sabemos, são tradicionalmente de profunda precariedade e não se antevê no cenário atual que tal se venha a reverter, antes pelo contrário.”

6.3.17.6 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Apenas para duas notas muito breves.

A primeira tem a ver com a questão da aplicação do subsidio de insalubridade, depois das intervenções da Senhora Presidente da Câmara Municipal, do PSD, do CDS-PP, todos já percebemos que estamos todos de acordo relativamente à aplicação de um subsidio que é de justiça e que já deveria ter sido aplicado há muito anos, todos estamos de acordo, não há divergências relativamente a essa matéria. Mas não é aí que a questão se coloca. A Lei que foi consagrada pela Assembleia da República em sede de Orçamento do Estado para 2021, prevê a aplicação deste subsidio em escalões, com valores diferenciados, e remete para os Municípios a decisão sobre esses valores. E a questão que nós aqui colocamos é que os Municípios devem decidir pelo valor mais alto para todos os beneficiários desse subsidio. É essa a questão que aqui colocamos e entendemos que deve ficar bem expreso que o Município deve fazer essa opção. Aliás, são vários já os Municípios que o decidiram, independentemente da regulamentação ou não da Lei, são vários os Municípios que o decidiram entre os quais está o Município de Sintra, por exemplo, que decidiu aplicar o escalão mais alto a todos os beneficiários deste subsidio e é isso que nós defendemos que deva acontecer também em Almada.

A segunda nota, é que não ouvimos ou eu não ouvi a posição do Partido Social Democrata em relativamente à proposta de alteração que nós fizemos à moção sobre a floresta autóctone. Eu não ouvi, se foi feita peço desculpa."

6.3.17.7 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha /BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para dizer que a bancada do Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente todos os documentos que foram apresentados nesta Assembleia Municipal."

6.3.17.8 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar uma nota sobre o funcionamento desta Assembleia Municipal, todos os partidos sabem qual é que era a oposição do Partido Socialista e qual é que é a posição do Partido Socialista, não queremos, no entanto, de deixar de saudar a Mesa por ter procurado tentar chegar a uma solução que seja o mais consensual possível. Percebemos também, e já o percebemos ao longo desta reunião, que é difícil chegar a essa solução consensual porque há partidos nesta Assembleia Municipal que têm disponibilidade para que se consiga encontrar soluções que estejam no quadro da legalidade, porque não existe na Lei ao contrario do que já aqui foi dito, não existe nenhuma exceção ao recolher obrigatório para Deputados Municipais, e portanto, a solução que nós Partido Socialista apresentamos, nós continuamos a achar que é a solução que apesar de tudo melhor protege a democracia, melhor salvaguarda os Deputados Municipais e hoje percebemos que nas diversas bancadas há muitas substituições, demasiadas substituições para aquilo que devia existir no funcionamento do órgão, percebemos também que há membros do público que faltaram que queriam intervir e não puderam intervir e isso também se deve ao facto de fazer esta Assembleia Municipal



a uma hora que não é a hora que ela acontece tradicionalmente, fazê-la às nove da noite não é legal, a nossa sugestão é de facto, nos sigamos aquilo que está a ser feito noutros concelhos, por exemplo, no Seixal a última Assembleia Municipal decorreu online, em Almada a última também tinha decorrido online, a nossa perspetiva e acho que hoje também está provado que esse é o modelo que dá melhores garantias. Ainda assim, nós participamos nas Assembleias e saudamos o esforço que tem vindo a ser feito no sentido de nós encontrarmos o modelo que seja do agrado de todos, agora também já percebemos que por todos os esforços que se possam fazer, há sempre tentativas de bloqueio a soluções que sejam inovadoras ou que sejam um bocadinho diferentes daquilo que sempre se fez com o argumento de que a democracia não pode cumprir se não for da forma que sempre se fez ao longo das últimas décadas, ou até séculos.

Quanto aos documentos que temos à nossa disposição. E começando pelo Porto de Pesca da Trafaria e pelo complemento do trabalho em condições de penosidade e de insalubridade, são dois documentos que nós acompanhamos e são duas vitórias dos partidos que votaram favoravelmente o Orçamento do Estado para 2021. Vitórias do Partido Socialista, do Partido Comunista Português, do Partido Ecologista "Os Verdes", do Partido Pessoas, Animais, Natureza, porque de facto, num momento difícil do nosso país, naquela que é a maior crise que nós enfrentamos e que provavelmente enfrentaremos, houve um conjunto de partidos que souberam, dentro daquilo que são as suas divergências, e de facto, com graus de concordância diferentes em relação a este documento, aprovaram um Orçamento do Estado que permite hoje ao país ter instrumentos para superar a crise que nós atravessamos. A postura mais fácil de todos, teria sido fugir às suas responsabilidades, estes partidos entenderam-se, aprovaram o Orçamento e neste Orçamento constavam estas propostas que hoje melhoram a vida dos portugueses e, portanto, nós acompanhamos estas propostas que foram feitas, e saudamos não só a CDU por ter apresentado estes dois documentos, mas saudamos também estes partidos pela sua responsabilidade pela aprovação na aprovação do Orçamento do Estado para 2021.

Quanto à proposta da construção da ala ambulatoria do Hospital Garcia da Orta, votaremos favoravelmente, sabemos que esta é uma necessidade que existe no nosso Hospital de referência.

A questão do balcão da Caixa Geral de Depósitos do Monte de Caparica, e aliás, os eleitos do Partido Socialista, quer os eleitos pelo Distrito de Setúbal no Parlamento, quer os eleitos na Assembleia Municipal, quer os eleitos da Assembleia de Freguesia de Caparica Trafaria, estão absolutamente solidários com a luta destas populações, este é um estabelecimento que não deveria nesta fase ser encerrado, nós procuramos também já perceber quais é que são os motivos que levam ao encerramento desta agência bancária, e, portanto, estamos solidários e votaremos favoravelmente este documento.

Quanto à questão do Arsenal do Alfeite, temos várias propostas, nós não nos revemos em tudo aquilo que é dito em cada uma das propostas, a CDU fez menção de alteração ao seu documento e era uma das questões que nós teríamos, era se os partidos queriam manter estes documentos apesar de a situação estar resolvida,



não deixa de ser de facto, curioso que partidos quando foram governo contribuíram e muito para a operação de empresas públicas e serviços públicos, hoje apresentem este tipo de propostas, ainda assim, nós votaremos favoravelmente os pontos resolutivos de todos os documentos, não acompanhamos os considerandos, e, portanto, votaremos contra os considerandos das diversas propostas, porque em todas elas constam pontos com os quais nós não concordamos, ainda assim, no ponto resolutivo, no direito dos trabalhadores do Arsenal do Alfeite receberem os seus subsídios de férias como já receberam, e no facto de o Governo também ter feito como o fez, procurado resolver a situação e tendo resolvido, obviamente nós acompanhamos e é da mais elementar justiça.

Sobre a questão do cheque veterinário, como é obvio, acompanhamos também, esta uma preocupação de todos, nós temos muito por fazer ainda em Almada nesta área, todos sabemos, há muito que também tem sido feito ao longo dos últimos anos, mas é uma proposta que melhora a forma como o bem-estar animal pode ser visto no nosso Concelho. Portanto, é uma boa proposta, nós acompanharemos.”

6.3.17.9 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para prestar um esclarecimento a todos os que nos estão a ouvir nesta Assembleia Municipal e lá em casa, porque o Senhor Deputado Municipal João Gerales insiste em criar desentendimentos onde eles não existem. E, portanto, eu vou passar a ler o artigo 21º, da Lei do Orçamento do Estado, que foi aprovada relativamente à matéria em causa: “Suplemento de penosidade e insalubridade. Nos termos do nº 6, do artigo 159º, da Lei do Trabalho, o suplemento remuneratório de penosidade e insalubridade, da carreira geral de Assistente Operacional nas áreas de higiene urbana e do saneamento das Autarquias Locais, de que resulte comprovada sobrecarga funcional que potencie o aumento da probabilidade de ocorrência de lesão ou um risco potencial agravado de degradação do estado de saúde, é objeto de definição das condições de atribuição, em Decreto-Lei, cuja negociação deve ser iniciada até 30 dias após a entrada em vigor da presente Lei, devendo ser concluída nos 60 dias subsequentes, por forma a que o mesmo seja pago ainda no primeiro semestre de 2021”.

Portanto, Senhor Deputado Municipal, peço desculpa, mas não sei do que é que me está a falar.

Portanto, quero deixar aqui uma mensagem a todos os nossos trabalhadores. Eu não sei de que diploma a CDU está a falar. Da nossa parte, nós sabemos exatamente o que defendemos e o que iremos aplicar assim que tivermos as condições jurídicas de o fazer.”

6.3.16 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação dos documentos, tendo-se apurado os seguintes resultados:

6.3.16.1 – A moção “Arsenal do Alfeite: o Governo não pode fugir às suas responsabilidades” foi votada ponto por ponto, tendo-se apurado os seguintes resultados:



6.3.16.1.1 – A parte do documento relativa aos considerandos foi votada primeiro, tendo sido aprovada por maioria com 25 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes; e 13 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e de União de Freguesias que o integram.

6.3.16.1.2 – A parte deliberativa do documento foi aprovada por unanimidade.

6.4.16.2 – A moção/saudação “pela criação do Gabinete de Apoio à Vítima” foi aprovada por unanimidade;

6.4.16.3 – A moção “em defesa da Floresta Autóctone” foi aprovada por unanimidade;

6.4.16.4 – A recomendação “Implementação do Programa “Cheque Veterinário” como medida de combate ao abandono e de promoção da esterilização de animais de companhia” foi votada ponto por ponto, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.4.16.4.1 – Os pontos 1 e 2 foram aprovados por maioria com 23 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal da PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa, e 15 abstenções, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes.

6.4.16.4.2 – Os pontos 3 e 4 foram aprovados por unanimidade.

6.4.16.5 – A moção/deliberação “pelo pagamento imediato dos salários aos Trabalhadores do Arsenal do Alfeite” foi votada ponto por ponto, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.4.16.5.1 – A parte do documento relativa aos considerandos foi votada primeiro, tendo sido aprovada por maioria com 25 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes; e 13 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e de União de Freguesias que o integram.

6.3.16.5.2 – A parte deliberativa do documento foi aprovada por unanimidade.

6.4.16.6 – A moção/deliberação “pela reativação do Sítio da Assembleia Municipal de Almada na Internet” foi retirada pelo proponente.

6.4.16.7 – A moção/deliberação “uma vitória dos pescadores e das populações. Construção de Porto de Pesca na Trafaria prevista no Orçamento de Estado para 2021” foi aprovada por maioria, com 37 votos a favor, sendo



14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 13 dos eleitos do Grupo Municipal da PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e de União de Freguesias que o integram 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do CDS-PP, 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes; e 1 voto contra do eleito do PAN.

6.4.16.8 – A moção/deliberação “pela aplicação do suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade” foi aprovada por unanimidade.

6.4.16.9 – A moção/deliberação “contra o encerramento do balcão de Caixa Geral de Depósitos na Caparica” foi aprovada por unanimidade.

6.4.16.10 – A moção “pela tradução em Língua Gestual Portuguesa das transmissões da Assembleia Municipal” foi aprovada por unanimidade.

6.4.16.11 – O voto de saudação “dia internacional pela eliminação da violência contra as mulheres” foi aprovado por unanimidade.

6.4.16.12 – A moção “construção da nova ala de ambulatório do Hospital Garcia de Orta” foi aprovada por unanimidade.

6.4.16.13 – A moção “criação dos Julgados de Paz em Almada” foi aprovada por unanimidade.

6.4.16.14 – A moção “pela defesa do Arsenal do Alfeite, SA e dos seus trabalhadores” foi votada ponto por ponto, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.4.16.14.1 – A parte do documento relativa aos considerandos foi votada primeiro, tendo sido aprovada por maioria com 25 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes; e 13 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e de União de Freguesias que o integram.

6.3.16.14.2 – A parte deliberativa do documento os pontos 1 e 2 foram provados por unanimidade e os pontos 3 e 4 da moção foram aprovados por maioria com vinte e cinco votos a favor sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes; e 13 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e de União de Freguesias que o integram.

7 – Foi declarado aberto o período da ordem do dia



7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da ordem da agenda relativo a apresentação ao Plenário dos relatórios semestrais das Comissões.

7.1.1 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS) para apresentar o relatório da 1ª comissão;

7.1.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao Relatório da 1ª Comissão, o Relatório diz respeito a todo o ano de 2020, e faz no fundo o relato das três reuniões que existiram da 1ª Comissão, sendo que são reuniões que são obrigatórias pelo nosso Regimento, tendo em conta a apreciação de documentos financeiros da Câmara Municipal, uma em junho no fecho de contas de 2019, depois a Revisão Orçamental em junho e aquela que tivemos há poucos dias de discussão dos documentos financeiros que estão hoje à discussão nesta Sessão da Assembleia Municipal.”

7.1.2 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Luís Palma (CDU) para apresentar o relatório da 2ª comissão;

7.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Passo a apresentar o Relatório da 2ª Comissão, de uma forma muito sintética porque foi distribuído a todos. Tivemos três reuniões, duas delas ligam-se conjuntamente com a 4ª Comissão. Na primeira reunião que tivemos no ano de 2020, apreciamos em sede de Comissão as matérias que diziam respeito à planificação e à estratégia a seguir relativamente à Assembleia Municipal Jovem, em que foi escolhida a temática das alterações climáticas.

As outras duas que referi há pouco, em estreita articulação com a 4ª Comissão, teve a ver com a questão relativamente à demolição da antiga escola primária da Sobreda, numa primeira fase tendo em conta que tínhamos recebido um requerimento por parte de um grupo de cidadãos, em que estabelecemos quais as linhas que iríamos seguir de auscultação deste grupo de cidadãos e depois a última reunião foi precisamente uma reunião ocorrida presencialmente com este grupo de cidadãos da Sobreda, os quais fizeram a apresentação em que entendem que foi destruído um edifício identitário da Freguesia de Sobreda, tendo nós depois acordado entre todos os membros, solicitar à Câmara Municipal as peças processuais da construção da rotunda na Estrada Nacional 10/1, a carta de património e a respetiva escritura de cedência da antiga escola primaria da Sobreda.”

7.1.3 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Vítor Castanheira (PS) para apresentar o relatório da 3ª comissão;

7.1.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Vítor Castanheira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Relativamente à 3ª Comissão, prosseguiram os trabalhos dentro da normalidade possível, encerramos os trabalhos relativamente ao cheque veterinário, que foi trazido hoje a votação da Assembleia Municipal. Continuamos a acompanhar a situação da SOVENA, nomeadamente, naquilo que é o estudo que está a ser realizado pela Faculdade de Ciências, e temos também no Plano de Atividades já previstas para o início do ano, visita às ETAR, bem como o novo assunto que foi trazido também e que estará na agenda e que tem a ver com as alterações climáticas.”

7.1.4 – Usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD), para apresentar o relatório da 4ª comissão;

7.1.4.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A 4ª Comissão realizou neste período de 2020, duas reuniões em conjunto com a 2ª Comissão Permanente como já foi aqui informado pelo respetivo Presidente. O tema como também já foi dito, foi analisar o requerimento apresentado por dois Senhores Múncipes relativamente à demolição da antiga escola primária da Sobreda. Aquilo que ficou decidido foi que, seria pedido uma reunião à Senhora Presidente da Câmara Municipal, sobre a matéria, reunião essa que devia ser precedida do envio de um conjunto de documentação a estas duas Comissões, neste momento aguardamos ainda a marcação da referida reunião e receber essa documentação solicitada. E, portanto, dentro deste semestre, foram estas as atividades realizadas por esta 4ª Comissão.”

7.1.5 – Usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU) para apresentar o relatório da 5ª comissão;

7.1.5.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No presente ano, foram realizadas onze reuniões entre as quais reuniões de funcionamento interno da Comissão com a Vereação da Câmara Municipal, e também com entidades externas.

No início do ano foi realizada uma reunião com a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, afim de sermos informados sobre o ponto da situação do Plano Municipal para a Violência Doméstica e Igualdade de Género. O Plano encontrava-se em fase de avaliação/reestruturação, até tinham sido emitidas novas diretivas a nível nacional em maio de 2018.

Encontrava-se também em fase de negociação o protocolo entre SIG e a Autarquia.

A Autarquia integrava um grupo de trabalho do ACES Almada/Seixal sob práticas nocivas, nomeadamente, mutilação genital. O objetivo seria definir uma estratégia local, tinha decorrido uma campanha recentemente de sensibilização sobre esta matéria. Faria parte desta estratégia municipal a prioridade na atribuição de habitação social a situações de vítimas de violência doméstica, e rentabilizar os recursos já existentes na rede



social do Concelho. A rede já existente continuava a intervenção nos moldes então adotados até à reestruturação do Plano.

Com a situação de pandemia e após a retoma dos trabalhos, após o confinamento, considerou-se pertinente solicitar uma reunião ao Conselho de Administração do Hospital Garcia da Orta. Esta reunião não decorreu da melhor maneira por motivos técnicos, realizou-se online e também por alguma manifesta indisponibilidade do Conselho de Administração, pelo o que foi acordado enviar por email as questões que se considerasse pertinentes, para serem posteriormente esclarecidas, o que se veio depois a concretizar.

Posteriormente realizou-se também uma reunião com a ACES Almada/Seixal, tendo a direção apresentado um documento em PowerPoint com toda a informação pretendida, que posteriormente facultou a esta Comissão.

Em outubro deslocaram-se os Deputados Municipais às instalações da ARS/LVT, encontrando-se presentes o Diretor da ARS, o Diretor dos Recursos Humanos, o Diretor do ACES Almada/Seixal, e os Diretores da Saúde Pública.

Face às questões colocadas, fomos informados que tinham sido compradas dois milhões de vacinas da gripe, foram entregues em tranche com critérios de risco e de gratuidade para idosos, doentes crónicos e profissionais de saúde. Foi feito um protocolo com as farmácias de forma a agilizar a administração da vacina. Foi aberto concurso para o ACES Almada/Seixal, tendo sido colocados 12 médicos e foi aberto também concurso para o Hospital Garcia da Orta, 31 vagas, mas só conseguiram preencher um terço das vagas, 12 profissionais.

Quanto às questões de saúde mental, foram criadas duas linhas de apoio psicológico, uma para profissionais e outra para a população através da Linha Saúde 24.

Quanto à construção do Hospital do Seixal, o Governo concluiu um concurso para a concessão do Hospital, seria assinado nessa semana o contrato para a elaboração do projeto de execução num valor entre 50 a 60 milhões de euros, tendo ainda que ir a Tribunal de Contas.

Reunimos ainda com a direção da CURPIC, que nos informou no âmbito da intervenção da instituição que dá resposta a 85 pessoas na grande maioria idosos. Clarificou questões colocadas relativamente à situação do lar e todo o processo tem decorrido com a Câmara Municipal de Almada, tendo deixado cópia dos ofícios enviados pelo Município.

Recentemente decorreu reunião com a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, sobre o Plano de Combate do Município à 2ª vaga do COVID-19.

Relativamente à moção de abertura do Gabinete da APV no Concelho, apresentada pelo PSD em 2018, foi efetuado pedido de reunião ao CLASA em 21 de outubro de 2019, insistência em fevereiro de 2020, por se considerar pertinente a visão da rede social de parceiros. Considerando que, não só não teve qualquer resposta, decidiu-se em junho solicitar parecer escrito com caráter urgente, mantendo a ausência de resposta,



informaram-se os Senhores Deputados Municipais, que iriam fazer baixar a moção na próxima Assembleia Municipal. Em 4 de novembro, recebemos ofício do Gabinete da Presidência sobre esta matéria, informando que em 17 de agosto do corrente ano, foi iniciado o processo junto à APV, prevendo-se a assinatura do protocolo para o presente mês, protocolo que vigorará entre dezembro de 2020 e junho de 2022.

Encontram-se pendentes de resposta pedido de reunião à Vereação sobre a CURPIC, pedido de reunião à Vereação sobre habitação social de responsabilidade municipal e protocolo com o IHRU, pedido de reunião ao IHRU.

Consideramos que temos alguma documentação que não é possível transmitir em 3 minutos, nomeadamente, a documentação que nos foi facultada pelo ACES Almada/Seixal, e, portanto, propomos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que esta documentação seja disponibilizada aos Representantes das bancadas partidárias.”

7.1.6 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal José Rocha para apresentar o relatório da 6ª comissão;

7.1.6.1 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A 6ª Comissão dando continuidade ao trabalho desenvolvido desde a sua criação no atual mandato, tem como objetivo recolha de informação no que respeito ao seu âmbito de ação, Segurança dos Cidadãos, Proteção Civil, Transportes e Mobilidade, reuniu com a Associação do Profissionais da Guarda Nacional Republicana, pedindo esclarecimentos sobre a aplicação do Plano de Segurança durante o Estado de Emergência.

Ouvimos as queixas da falta de investimento no policiamento territorial, a desmotivação dos quadros profissionais, considerando a não correspondência de valorização salarial e carreiras, bem como a urgência de reforço de efetivos de forma a assegurar um melhor serviço na proteção dos cidadãos.

Foram também realizadas reuniões para análise, discussão e apresentação de propostas de alteração ao Regulamento Municipal de Estacionamento.

Reunimos com a Administração da Transtejo Soflusa, onde nos foram prestados esclarecimento sobre as dificuldades de gestão resultantes da crise pandémica, e do investimento de 57 milhões para aquisição de forma gradual entre 2022 e 2024, de 10 novos navios 100% elétricos.

Respondendo à solicitação da Comissão para a mobilidade e transportes da Assembleia de União de Freguesias de Caparica Trafaria, reunimos com esta Comissão, considerando a necessidade de analisar e discutir o atual estado da rede de transportes do nosso Concelho, em particular o seu impacto na vida dos residentes nesta União de Freguesias no atual contexto pandémico.

Em reunião efetuada com a Senhora Vereadora Francisca Parreira, onde foram colocadas várias questões, nomeadamente, sobre o funcionamento do Conselho Municipal de Segurança, fomos informados que foi realizada apenas uma reunião, não existindo relatórios setoriais e globais, considerando a reestruturação orgânica da estrutura, do ponto de vista organizacional.



Sobre a central única de emergência incluída nas Grandes Opções do Plano e já abordadas em reuniões anteriores desta Comissão, a informação de que está previsto um investimento de 200.000.00€ (duzentos mil euros), o projeto está elaborado, mas ainda não está em nenhuma fase de maturação, existe a necessidade de novas instalações para colocar os serviços de Proteção Civil, provavelmente no Forte da Raposa. Foi-nos dito que haverá um centro de Proteção Civil com a equipa dos serviços municipais, uma base de sapadores florestais, uma base de logística de serviços municipais de proteção civil, e uma base logística para os Bombeiros do Concelho de Almada que incluirá ainda a base central de operações de proteção de socorro.

Sobre os parques de campismo da Costa da Caparica, a Senhora Vereadora afirmou que no Plano da Orla Costeira a localização dos parques de campismo a Sul, os coloca numa posição complexa, que exige um acompanhamento que conduzirá a um processo de deslocalização para outra área, dada a exposição às condições de segurança que devem ser salvaguardadas, até pelo quadro jurídico legal.

Foi-nos dito ainda, que estão a decorrer ações de fiscalização levantamento de situações de residência, e de condições de segurança, considerando as alterações climáticas e o seu desenvolvimento.

Reunimos ainda com a Administração dos TST - Transportes Sul do Tejo, que referiram a falta de recursos humanos e material circulante para uma resposta eficaz ao serviço de transporte rodoviário, a necessidade de recrutamento de 500 motoristas, bem como a aquisição de forma gradual de 350 viaturas, sendo 310 totalmente novas, para servir a área de Almada, Seixal e Sesimbra. O novo contrato arranca em outubro/novembro de 2021, embora esteja previsto que em junho, agosto alguns veículos da nova frota comecem a circular. A definição das linhas e das frequências é da responsabilidade da Área Metropolitana de Lisboa, que podem a qualquer momento ser adequadas por proposta e/ou avaliação.”

7.1.7 – Não se registaram pedidos de palavra.

7.2 – Entrou-se no ponto 3.2 da agenda relativo a apresentação da Presidente da Câmara acerca da Informação da Atividade Municipal.

7.2.1 – Para fazer a apresentação usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara.

7.2.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou ser breve, fiz aqui uma muito breve exposição, os/as Senhores/as Deputados/as Municipais, têm a documentação, a nossa agenda é muito carregada, de qualquer maneira, estaremos naturalmente, disponíveis para qualquer informação e esclarecimento que desejem

Os passados meses de setembro, outubro e novembro, foram para todos nós, meses de preocupação pela nossa saúde, pela dos outros, meses de preocupação pelos mais vulneráveis da nossa sociedade, e meses de um estranho regresso ao trabalho e às aulas depois de um período de férias, em que creio nenhum de nós teria conseguido descansar plenamente. Foram meses em vimos os números da pandemia por COVID-19, a subir para níveis record e em que nos vimos de novo confinados e a viver à distancia. Para o Município foram



os meses em que os serviços tiveram de dar resposta, aquele que foi provavelmente o mais complexo início do ano letivo, em memória, e em que tivemos de preparar um orçamento municipal absolutamente excecional, que para além de responder aos problemas que há décadas afetam os almadenses, tem de responder à necessidade de recuperar o nosso Concelho dos impactos sociais e sanitários, assim como, económicos desta pandemia.

No entanto, a ação de um Município enquanto instituição de proximidade, tem de ser continua, e estes meses não foram exceção.

A Informação da Atividade Municipal que vos trazemos hoje é espelho disso mesmo, embora muito houvesse para dizer, permitam-me só que destaque aqui alguns dos projetos mais significativos.

Falamos de toda a preparação nestes meses para o procedimento para a substituição do amianto nas escolas do Concelho, tendo sido submetidas 15 candidaturas correspondente a 5 lotes de 3 escolas cada um, para a remoção de mais de 50 mil metros quadrados, o que representa um investimento de mais de 5.000.000.00€ (cinco milhões de euros). Este investimento essencial para a segurança e saúde das crianças do nosso Concelho, não teria sido possível sem o esforço dos nossos serviços para dar cumprimento às candidaturas em tempo record. Quero também salientar aqui, todo o trabalho que foi feito e continua a ser feito, no sentido de reforçar as respostas do Plano Almada Solidária. Falamos por exemplo, do projeto farmácias sociais, através do qual a Câmara Municipal atribui em menos de 3 meses, perto de 100 cartões para apoio aos almadenses em situação de carência económica que necessitem de medicação.

Falamos também naturalmente, do início da obra de requalificação da rua dos Pescadores, falamos do início da obra de requalificação do Parque Infantil da Praceta Olivério Serpa também na Costa da Caparica. Instalando 3 equipamentos de jogo e recreio, naquele que é um parque infantil a funcionar numa lógica de bairro, com uma utilização de proximidade pública, e não vigiada. Poderão perguntar, mas porquê? Em tantas obras que fizemos, porquê em particular? Porque neste caso, este investimento traduz uma continua aposta deste executivo, na promoção da participação cidadã, confiando aos caparicanos, a utilização deste parque infantil de bairro, que continuarão certamente a tratar com o mesmo carinho e empenho de sempre.

Abrimos também a exposição “Almada um território 6 ecologias” no Museu de Almada, Casa da Cidade. Com uma leitura sobre aqueles que foram os grandes projetos, mapas, maquetes, cartografias, projetos, pensamentos, a um sem fim de pensamento sobre o território almadense, e que mostram a dinâmica desta terra. A todos os que ainda não o viram, convido-os a irem ver. Poderão entre outras coisas, encontrar lá a famosa maquete de Almada, totalmente restaurada. Mas sobretudo, poderão ver o muito que este território inspirou aos maiores urbanistas e arquitetos do nosso país. E, portanto, é uma verdadeira exposição que revisita todo o passado do pensamento urbanístico e arquitetónico e quando se fala nesse sentido, fala-se também num pensamento da construção de um coletivo da nossa comunidade e inclusivamente, com alguns



dos projetos que lá estão patentes iniciais, como por exemplo, no caso da Incrível Almadense que aliás, acaba de ser reconhecida como de interesse municipal.

Caras e caros Deputados Municipais, estes projetos são como sabem uma pequeníssima amostra de tudo o que se fez no nosso Município durante os últimos 3 meses, mas são 4 que caracterizam o que o Poder Local Democrático pode fazer em termos de diversidade, de proximidade, de preocupação, e mesmo independentemente das circunstâncias difíceis em vivemos e sobretudo, a sua permanente preocupação em manter uma ação de proximidade, assim como, uma dedicação absoluta aos cidadãos de Almada.

Os últimos 3 meses, não foram para nenhum de nós fáceis. Mas, deixo aqui como sempre deixei um compromisso aos almadenses. Por mais difíceis que sejam os tempos, estamos juntos ou à distancia, confinados ou não, a vossa Câmara Municipal, estará para todo o apoio que necessita como sempre tem estado.

Quero mais uma vez, agradecer, este trabalho não seria possível sem os nossos trabalhadores da Câmara Municipal de Almada, mas também dos SMAS, mas também da WEMOB, mas também das nossas Agências, todos aqueles que estamos a servir a causa pública em Almada, estamos mobilizados para que sejam quais forem as dificuldades, possamos continuar a avançar.”

7.2.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais António Pedro Maco (CDS-PP), Carlos Revés (CDU), Artur Alfama (PAN), Inês Bom (BE), João Geraldês (CDU), Ana Luísa Rodrigues (CDU), Fátima Marras (BE), Luís Valverde (CDU), José Lourenço (CDU), Pedro Matias (PS) e a Senhora Presidente da Câmara e os Senhores/as Vereadores/as Teodolinda Silveira, João Couvaneiro, Nuno Matias e Miguel Salvado.

7.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CDS-PP gostaria de deixar aqui algumas breves considerações neste ponto da ordem de trabalhos relativamente à Atividade Municipal.

Começar por aquilo que foi o fim da intervenção da Senhora Presidente da Câmara Municipal, relativamente às questões que têm a ver nos últimos 3 meses e à situação que o país e o Concelho de Almada está a atravessar relativamente à pandemia.

Claro que, infelizmente o Concelho de Almada é um dos Concelhos do país que tem crescido exponencialmente a nível de casos, claro que é uma situação que não aprazível, quer para nós quer para todos os cidadãos e também para aquilo que é a atividade do Município e a imagem que o Município poderá ter a par de outros, porque também há uns acima de nós, mas que tem de ser combatido e todos os meios, todos os programas e tudo aquilo que for feito e todos os contributos que sejam para minimizar este impacto, para descer efetivamente estes casos de COVID-19, são sempre bem-vindos e deverão ser tidos em conta.

Também sabemos que, há um esforço enorme por parte da Autarquia, há um esforço enorme por parte das entidades intervenientes nesta matéria, mas, muitas das vezes ou a maior parte das vezes também, esta



MUNICÍPIO DE ALMADA **Assembleia Municipal**

aplicação destas medidas tem basicamente a ver com as medidas das entidades centrais, das entidades nacionais e inclusivamente o próprio Governo, e quando as coisas falham a nível central e apesar de todo o esforço que acredito que seja genuíno, muitas das coisas têm falhado, e, portanto, existindo qui uma discrepância entre as necessidades e entre aquilo que é aplicado quer nos Municípios, quer por parte das entidades centrais, por vezes não convergem, e, portanto, estamos a ultrapassar de uma forma mais difícil este mesmo período, mas com certeza, com o empenho de todos, ele irá ser ultrapassado.

Depois, duas questões que têm a ver com as redes viárias. São questões que nos têm chegado por parte dos munícipes, questões que têm a ver com a intervenção na Avenida do Cristo Rei. Quero perguntar Senhora Presidente, se temos timing, se já temos alguma data para que estas intervenções possam ser colocadas na prática, e já conhecemos o projeto, é um bom projeto para ser aplicado naquela Avenida, é uma Avenida que que pode atrair e que vai criar um espaço mais aprazível, não só para os almadenses, mas também para aqueles todos que nos possam visitar, e aí sim trazer também um incremento de turismo e de mais movimento de pessoas e negócios para esta área e também uma intervenção na Avenida do Mar que vai atrair e com certeza criará melhores condições de afluência de trânsito, de atividade e vai melhorar consideravelmente esta zona.

Depois, há pouco enganei-me, e disse que era amanhã, ando um pouco confundido com estas coisas das horas e dos timings, mas aquilo que eu queria aqui referir também, aliás, o CDS já deu a informação quer à Câmara Municipal, quer também à União de Freguesias de Almada, que tem a ver com o encerramento de uma entidade bancária privada, que é o Montepio, na rua Capitão Leitão, em Almada Velha. É um espaço de fluência de negócio, um espaço de muito comércio, um espaço que é frequentado por pessoas de bastante idade que neste momento com este encerramento desta instituição bancária nomeadamente, com multibanco, veem-se privados de ter acesso até em mais segurança, de terem acesso a um multibanco e Senhora Presidente, sabemos que é uma entidade privada, e o CDS não está a questionar, nem sequer quer que, a Autarquia se imiscua com uma entidade bancária privada, portanto, eles já terão os seus argumentos. Mas, que pelo menos, que possam ser criadas condições, até com a Caixa Geral de Depósitos, por exemplo, para que possa nessa área ser colocado também um multibanco que vai trazer mais segurança e vai trazer uma maior assistência, nomeadamente, assistência às pessoas de idade, e também ao comércio. É uma situação que de há um mês para cá, tem criado alguns constrangimentos naquela zona.

Para finalizar, é uma questão que também não tem a ver diretamente com a Câmara Municipal. Mas, o CDS teve acesso a uma resposta por parte do Senhor Ministro do Ambiente e já é a 2ª vez, Senhora Presidente, que o Ministro do Ambiente, diz que a remoção das placas de amianto e a reestruturação do telhado da Estação Fluvial de Cacilhas, é feita até ao final do ano. Portanto, nós estamos a falar salvo erro, da última resposta por parte do Ministro em 2017. Portanto, como toda a gente sabe, não houve intervenção nenhuma.



Agora, para espanto há cerca de 2 meses atrás, recebendo exatamente a mesma comunicação, que até ao final do ano de 2020, estaria concretizada a remoção e toda essa estrutura do telhado da Estação Fluvial de Cacilhas. Portanto, hoje estamos a dia 17, não se vê obra, duvido que, em poucos dias essa reestruturação seja feita. A questão Senhora Presidente, é se tem alguma informação por parte do Ministério do Ambiente que é quem tutela esta matéria, se vamos ter ou quando vamos ter essa mesma requalificação.”

7.2.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Depois da aprovação da Estratégia Local de Habitação, tendo em conta a gravidade da situação neste domínio como é do conhecimento geral, e o conjunto de medidas anunciadas no âmbito daquela Estratégia Local, a CDU questiona a Senhora Presidente da Câmara Municipal sobre quais as medidas concretas que se encontram já implementadas no território do Município e qual o balanço possível dos seus efeitos reais?”

7.2.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Deixar como é habito neste período também algumas questões à Senhora Presidente da Câmara e ao executivo.

Vamos começar por uma questão relacionada com o Balcão da Inclusão, em Almada, das informações que conseguimos apurar, parece-nos que a operacionalização desta resposta está ainda longe de se encontrar efetivada. Consta do relatório que foi promovido uma abordagem aos modelos de organização e de funcionamento do balcão, bem como uma formação online promovida pelo INR – Instituto Nacional para a Reabilitação, que terá sido frequentada por um técnico. Gostaríamos de saber quantos técnicos estão previstos para este balcão, para esta solução, se se irá investir em recursos humanos externos ou se os mesmos são dos quadros da Câmara Municipal de Almada, e em relação ao espaço físico também é referido no relatório, consta que o mesmo terá de ser sujeito a obras. Gostaríamos de saber se é possível sabermos já qual é o espaço em concreto e quando serão iniciadas as referidas obras.

Depois em relação à questão do Regulamento Municipal do Animal, voltaram a chegar-nos e são recorrentes, as queixas de munícipes, da conflitualidade social que decorre ainda de uma norma de proibição de alimentação dos animais, uma norma que já foi revogada em dois mandatos consecutivos por esta Assembleia Municipal, mas como sabemos, permanece em vigor em virtude do Regulamento de Resíduos Urbanos contemplar essa norma e não ter sido ainda feita a devida atualização no seguimento daquilo que foi aprovado nesta Assembleia Municipal. Gostaríamos de saber em que ponto é que está a concretização do Regulamento Municipal do Animal, que permitirá pôr fim a esta questão que, cujo o atraso consideramos inexplicável.



Depois também outra recomendação que nós apresentamos nesta Assembleia Municipal, relativa ao combate à sinistralidade rodoviária, têm-nos feito chegar também vários munícipes algumas queixas relativamente à velocidade excessiva em algumas zonas do Concelho, nomeadamente, na Romeira. Gostaríamos de saber nesse espaço está a ser requalificado, se já existe ou não previsão para a colocação de lombas e de barreiras dissuasoras da velocidade, uma vez que as queixas são recorrentes e está em causa logicamente a vida de pessoas e de animais.

Depois também em relação a outra recomendação que nós apresentamos a dos parques de matilhas, tivemos recentemente a intervenção de uma munícipe nesta Assembleia Municipal, gostaríamos também de saber que seguimento foi dado às suas preocupações e em que ponto também se encontram estes parques.

Nesta Sessão da Assembleia foi aprovada há pouco uma recomendação acerca da língua gestual, da necessidade de se fazer a transmissão destas sessões com acesso a todas as pessoas, nomeadamente à comunidade surda. O PAN apresentou como já referi uma moção aqui em fevereiro de 2018, uma moção pela não exclusão das pessoas surdas da vida democrática dos órgãos autárquicos, onde também se previa exatamente que as sessões passassem a ser transmitidas com interprete de língua gestual. É uma questão que temos trazido também de forma recorrente, achamos que é uma solução que é relativamente fácil de implementar, gostaríamos de saber também em que ponto de situação se encontra.

Para terminar. Também nos têm chegado várias queixas de cidadãos acerca do abate de árvores no Município. Também recordando uma moção que apresentamos sobre as florestas autóctones e que foi aprovada, tínhamos um ponto que era o ponto 4, onde era mencionado que se repenso os procedimentos para abate de árvores, o património arbóreo de cada Município é único, demora anos a crescer e deve ser respeitado e o abate de qualquer árvore ou conjunto de espécies arbóreas autóctones, deve ser percebido não só se um parecer técnico, que o justifique, mas também de uma informação aos munícipes. Portanto, é neste ponto exatamente que nós questionávamos porque a partir do momento em que os munícipes nos questionam acerca do abate de árvores, é porque não está, em princípio, a ser devidamente passada informação, no sentido de justificar e de explicar às pessoas porque é que determinadas árvores são abatidas.”

7.2.2.4 – A Senhora Deputada Municipal Inês Bom (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Aproveitar também para fazer algumas questões à Senhora Presidente da Câmara depois da leitura do documento apresentado. E queremos começar pelo problema da habitação que continua a ser um dos grandes problemas desta Concelho e que de facto, não se têm visto resoluções para as famílias que continuam em situação habitacional muito complicada.

Portanto, queríamos perguntar concretamente, quantos concursos ao abrigo do 1º Direito é que já foram lançados.



Depois queríamos também saber que apoios é que a Autarquia pensa atribuir ao comércio local, nesta altura de pandemia, principalmente aos bares e restaurantes. Nós sabemos que existiu uma isenção das taxas do espaço público, mas agora na altura do inverno as pessoas frequentam muito menos as esplanadas e, portanto, gostaríamos de saber quais são as medidas que estão a ser pensadas de incentivo ao comércio local e especificamente aos bares e restaurantes.

Depois queríamos falar sobre a Escola Básica do 1º Ciclo e Jardim de Infância de Vale Flores, como sabem neste momento os pais não estão possibilitados de entrar nas escolas e têm que esperar pelas crianças à porta e pelo que não se chegou, nesta escola os pais não terão nenhum abrigo para esperar pelas crianças e, portanto, têm ali uma situação sempre complicada, estar à chuva, ao frio, e seria importante a Autarquia arranjar ali uma solução de proteção para os encarregados de educação poderem esperarem as suas crianças mais confortavelmente.

Depois nos últimos meses temos assistido a várias notícias sobre a questão da estrada da Fonte da Telha, que teve assim envolta numa grande polémica e uma das últimas notícias que saiu é que de facto, a Câmara Municipal de Almada teria que retirar o alcatrão que tinha colocado nesta área. E gostaríamos de saber qual é que é efetivamente o desfecho desta situação e qual é a posição da Câmara Municipal perante estas notícias e esta obrigação.

No Relatório da Informação da Atividade Municipal, vem mencionado que foram instaladas 10 novas boxes no Centro de Recolha Animal, porque de facto, a Câmara Municipal reconhece que tem havido um aumento de animais errantes, abandonados no Concelho. De facto, essa leitura já tinha sido feita por parte do Bloco de Esquerda e de outras forças políticas e portanto, é com bom grado que vemos de facto o aumento da capacidade do Centro, mas de facto, 10 boxes não é suficiente como a Autarquia deve reconhecer e por isso mesmo havia um projeto logo no início do mandato de construção do Novo Centro de Recolha Animal, o mandato está a acabar e gostaríamos de saber efetivamente, como é que vai esse projeto e se vai ou não ser iniciada ainda durante o mandato deste executivo.

Por outro lado, gostaríamos de saber como é que está o ponto da situação do imóvel dos Paços do Concelho, visto que os serviços da Câmara Municipal saíram dos Paços do Concelho para a Cova da Piedade, supostamente numa situação temporária, para dar tempo que o edifício dos Paços do Concelho fosse reabilitado, porque de facto precisava de obras grandes e ser bastante intervencionada. Mas, entretanto, não se viram obras nenhuma e gostaríamos de saber o que é se passa e se vai ou não ser intervencionado se a passagem da Câmara Municipal para o Chalé passou de temporária a definitiva.

Por último gostava de falar um bocadinho na zona da Cova da Piedade que de há uns meses para cá tem estado bastante caótica, foi uma zona que sofreu bastante intervenção nos últimos meses ao nível dos passeios de asfaltar ruas, mudar sentidos, tirar de lá a rotunda e colocar sinais, sendo que foi até um bocadinho estranho, porque este executivo tinha um bocadinho a política de trânsito, retirar sinais e pôr



rotundas porque facilitava um bocadinho o escoamento, e ali que era uma zona que tinha uma rotunda puseram-se imensos sinais e de facto, tem sido obras um bocadinho demoradas e era importante tentar termina-las o mais rapidamente possível, sabemos que a Câmara Municipal está a fazer esse esforço, mas de facto para os moradores daquela zona, têm sido meses assim um bocadinho atribulados.

Também na zona da Cova da Piedade e para finalizar, tem-se observado algumas movimentações no edifício da Cooperativa e existe assim algumas questões por parte da população do que é que será que se vai afinal fazer ali depois de tanta especulação e de tantos projetos diferentes, o que é que está a ser projetado para o edifício da Cooperativa.”

7.2.2.5 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Chegou ao conhecimento da CDU, que estarão a ser preparadas alterações de grande dimensão e importância no quadro do Contrato-Programa celebrado pela Câmara Municipal de Almada com a Federação Portuguesa de Natação, designadamente no que respeita à relação laboral estabelecida com os monitores e professores das diferentes modalidades desportivas oferecidas no Complexo Municipal dos Desportos “Cidade de Almada” onde nos encontramos, e noutros equipamentos municipais, aos m nicipes do Concelho.

Que informação concreta pode a Sr.  Presidente da Câmara Municipal dar a esta Assembleia sobre a referida situação?”

7.2.2.6 – A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Gostaria de saber sobre as medidas adotadas pela Câmara Municipal no âmbito dos apoios sociais prestados aos m nicipes anunciados, divulgados e prometidos pela Câmara Municipal no quadro da mitigação dos efeitos sociais da pandemia de Covid-19, a CDU questiona a Senhora Presidente da Câmara Municipal:

- 1. Em que áreas concretas foram concedidos apoios municipais?**
- 2. Qual o montante global dos apoios concretos concedidos, e se possível discriminado por áreas?**
- 3. Qual o grau de execução das medidas definidas em função do previsto inicialmente?”**

7.2.2.7 – A Senhora Deputada Fátima Marras (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nesta situação de COVID-19 que todos vivemos há 9 meses, tivemos que nos adaptar a esta nova realidade e temos em relação a isto algumas questões.

Estando Almada já algumas semanas em risco elevado de contágio, o Bloco de Esquerda gostaria de saber se a Câmara Municipal pensa adaptar medidas ou se adaptou medidas específicas de prevenção de contágio no Concelho, para  l m da já anunciadas pela DGS, a nível nacional.



Foi hoje anunciada a chegada da vacina a Portugal entre os dias 27 e 29 de dezembro, foi também anunciado que o número nesta primeira fase de vacinação será inferior ao previsto, ou seja, cerca de 9.400 unidades. Como cada pessoa precisa de duas vacinas, vacinaremos 4.700 pessoas. Sendo a prioridade para o pessoal da saúde, por si só já ultrapassa este número ao nível nacional, ora apesar destes números saberem a pouco, gostaríamos de saber se já têm a cota de vacinas disponíveis para o Município e se já têm a informação sobre esta cota.

Uma última coisa só em relação ao Hospital Garcia da Orta. Estava prevista a abertura de uma 4ª enfermaria também para COVID, não sei se já têm informação sobre isso, se abriu, se não abriu, contratação de pessoal, os cuidados intensivos há 3 dias atrás estavam com uma taxa de ocupação de 80%, gostaríamos de saber algumas informações novas que hajam sobre o Hospital.”

7.2.2.8 – O Senhor Deputado Municipal Luís Daniel Valverde (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em julho passado foi anunciado, perante a Comissão Permanente de Ambiente da Assembleia da República, pelo Senhor Ministro do Ambiente e da Transição Energética, e posteriormente confirmado em diversas ocasiões pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada, que iria ser desenvolvido um projeto para a requalificação da Fonte da Telha logo após o término da época balnear de 2020.

A CDU questiona a Senhora Presidente da Câmara Municipal sobre qual o desenvolvimento concreto deste plano, e nesse quadro que iniciativas estão a ser consideradas no sentido da garantia da proteção das situações de primeira habitação e proteção dos pescadores naquela área do Concelho de Almada.”

7.2.2.9 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Gostava de questionar o Município sobre a seguinte questão, porque o Partido Socialista obviamente congratula-se com o que vem no Relatório da Informação da Atividade Municipal, nomeadamente com um conjunto de intervenções que têm vindo a ser feitas na Costa da Caparica, quer pela requalificação da rua dos Pescadores, com a colocação agora das ilhas ecológicas, que vem dar resposta a um desafio bastante relevante que é a necessidade de fazer recolha de bio resíduos.

No entanto este é um desafio que terá que estendido ao resto do Município a questão também é o que é que o Município está a prever fazer para que este desafio que responde a uma obrigação de legislação comunitária, seja executado e cumprido.”

7.2.2.10 – O Senhor Deputado José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A informação que gostaríamos de ter, e muito estranhámos que nada tenha sido dito sobre esta matéria na atividade desenvolvida, tem a ver com a obra na antiga EN 377 na Charneca de Caparica. Obra tão



emblemática para este executivo e tão polémica. Pelos seus impactos ambientais e outros desenvolve-se num quase total anonimato. Nada se sabe sobre o dono da obra, quais os seus custos, qual o prazo de execução e objetivos concretos desta intervenção. É normal que uma intervenção desta dimensão, seja bem sinalizada, quem entra pela Charneca de Caparica, o que vê é: desvio à direita, desvio à esquerda, desvio à direita, desvio à esquerda. Agora, painéis indicativos da obra em si, do que é que vai surgir ali, a população não tem. E eu pergunto porque razão?

Outra questão é porque razão é que estão a ser abertas duas valas? Inicialmente vi uma vala aberta e pensaria, é nesta vala que a tal rede de muito alta tensão, rede de muito alta tensão, vai ficar. Enfim, nas condições que está o futuro cá estará para nos julgar a todos em relação aquela obra, eu pensaria que era ali, agora vejo outra vala no outro lado da via e pergunto: mas então não é só de um lado, é de dois? Tudo isto se fosse explicado, se houvesse painéis, a sensação com que se fica e desculpem dizê-lo, mas é que quase que dava jeito esta obra ser feita pela calada da noite. Não pode ser uma obra com aquela dimensão. Eu acho que não pode ser, as pessoas até podem concordar com a obra, acredito que haja, certamente que haverá, mas então os munícipes não têm direito a terem indicações, a terem painéis indicativos da obra? Enfim, se me souberem explicar.

A outra questão tem a ver com uma obra que está a decorrer neste momento na antiga Estrada de Vale Figueira, na continuação da rua Movimento das Forças Armadas, em que eu olho para a placa e fala-se em percursos cicláveis escolares, qualquer coisa deste tipo. Eu gostava de perceber, é mesmo ignorância minha, e mais uma vez aqui falta uma indicação clara aos munícipes do que é estamos a falar. Neste caso está um painel dizendo quem é o dono da obra, diz-se que é uma obra, um percurso ciclável, mas não se diz mais nada. Eu a pergunta que faço a mim mesmo é: como é que numa estrada tão estreita, que nem passeios tem, vai haver um percurso ciclável? É possível acredito, se o fizerem só num sentido. Ou então estou errado e eu que não uma pessoa em relação às questões municipais desinformada, penso o que é que pensarão os outros que só veem abrir valas no meio da estrada, não há mais indicações. Eu penso que há aqui uma enorme falta de informação para os munícipes.”

7.2.2.11 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à questão da situação pandémica, colocada pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, eu quero dizer que sim, é verdade, Almada está ainda com números muito altos, temos estado a descer lentamente, mas estamos de facto naquela espécie de planalto não descemos tanto quanto necessário. É verdade que os dados indicam que o problema maior continua a ser nos lares, nós temos muitos lares, o que faz que de repente são sempre muitos casos, de repente, não quer dizer que a sua gravidade seja superior, aliás, nas nossas reuniões habituais, também temos naturalmente, tal como todo o país, infelizmente, um



aumento de número de óbitos, mas em proporção ao número de casos não há um aumento exponencial da gravidade dos casos, mas de facto, a nossa maior dificuldade neste momento tem a ver com estas residências e lares. Importa também dizer, que temos todo o sistema de testagem em articulação com a Segurança Social, de testagens regulares a todos estes equipamentos de apoio, o que significa que todas semanas temos a consciência e temos os números que aparecem, o que tem permitido também tomar medidas de forma mais rápida. Mas tem também o seu senão, mas de qualquer maneira não devemos hesitar relativamente a essa questão.

Felizmente, não há assim casos de grandes surtos na comunidade, e isso é para nós uma questão muito importante.

Relativamente à questão da Estação Fluvial, eu devo dizer Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, que sim, tenho estado em articulação e a falar, ou melhor a insistir com a Administração da Fertagus, é verdade que havia uma ideia de iniciar obras ou até mesmo outra solução porque tanto quanto eu sei a Fertagus fez um projeto e aquilo está de facto, em tão mau estado que é preciso considerar talvez uma intervenção ainda mais profunda, mas é evidente que é preciso encontrar uma solução ali para Cacilhas até no âmbito do nosso próprio Plano de Reabilitação de Cacilhas que vai recomeçar. O Município é o primeiro interessado que aquela questão não esteja na situação.

Relativamente à Estratégia Local de Habitação, ao Balcão da Inclusão e depois também à questão do Senhor Deputado Municipal Carlos Revés, mas também a questões colocadas pelo PAN.

Relativamente à questão da sinistralidade da Romeira, eu penso que o Senhor Vereador Miguel Salvado e eu própria já respondemos uma vez, que uma vez a obra concluída faremos a avaliação dos riscos ou não dessa velocidade, porque tem sido uma obra que tem sido muito fustigada, até pela pandemia, por dificuldades do empreiteiro, não tem sido fácil a esse nível e portanto, tem tido de facto atrasos que lamentamos, mas que são o que são.

Relativamente também aos concursos de habitação, à Escola de Vale Flores, aqui o Senhor Vice-Presidente também poderá dar uma palavra sobre essa matéria.

Relativamente à questão da Fonte da Telha eu vou ser muito breve e vou só esclarecer. Nós a Câmara Municipal está a tomar as medidas, a Câmara Municipal não reconhece a certeza dos pareceres que tivemos e, portanto, vamos interrogar nos devidos efeitos, a legitimidade e até a segurança desses pareceres. E, portanto, também as entidades envolvidas, a CCDR e a APA, já tivemos inclusivamente reuniões com eles, e, portanto, vamos proceder naturalmente, já houve uma parte de contestações, faremos mais contestações.

Mas eu quero deixar claro, não chegou nenhuma ordem de retirada. O que chegou sim, e é isso que nós estamos a cumprir, desde o primeiro parecer, que é a questão de um estudo fundamentado para a requalificação daquela zona, já estamos a fazer parte desse trabalho juntamente com a Faculdade de Ciências e Tecnologia, a própria APA em colaboração connosco também está com a Faculdade de Ciências Tecnologia



no sentido de trabalharmos nesse sentido, e que passa de facto, pela rede de reavaliação de uma série de instrumentos de gestão territorial que há muito tempo que estão sobre a Fonte da Telha e que são claramente ineficazes. A começar pelo POC-ACE e a terminar no defunto Plano de Pormenor que algumas forças políticas depois de o terem matado agora defendem.

Relativamente às questões dos Paços do Concelho, quero dizer aqui, sim, o projeto de requalificação que aliás, foi feito pelo Senhor Arquiteto Pardal Monteiro e que eu acho que está muito bonito, que terminou há pouco tempo e, portanto, o concurso da empreitada está para ser lançado neste momento. Foi um pouco mais longo também por variadíssimas razões. São obras de reestruturação e de requalificação.

A Federação Nacional de Natação passarei também ao Senhor Vice-Presidente.

Relativamente ao RMAMA Senhora Deputada Municipal não me leve a mal, o resultado das candidaturas vai à próxima reunião de Câmara, portanto, eu não vou tecer considerações sobre resultados que ainda não foram aprovados em reunião de Câmara. Teremos naturalmente todo o gosto de fazer chegar o grau de execução dentro daquilo que nós podemos controlar, ou seja, dentro dos limites que estavam previstos relativamente às candidaturas anteriores.

Sobre as novas candidaturas dos apoios públicos, eles vão à reunião de Câmara, e aliás, está lá tudo, está o número de candidatura, está as avaliações, assim que forem aprovados, essas informações podem ser acedidas por qualquer dos Senhores Vereadores.

Relativamente à questão das vacinas e isto é muito importante, temos estado em contacto com o nosso ACES Almada/Seixal, como sabem são estas unidades de saúde que irão coordenar esse esforço, no outro dia já nos comunicaram, o Dr. Alexandre Tomás, já nos comunicou que estão preparados, mas que de facto, ainda aguardam algumas indicações em concreto. A diminuição das doses de vacinas, tanto quanto foi noticiado, diz respeito ao próprio produtor das vacinas à Pfizer que não consegue estar a cumprir as cotas das remessas a que se comprometeu.

O projeto de requalificação da Fonte da Telha, penso que também já respondi. Portanto, é todo um trabalho que está em curso aliás, faz parte de um projeto maior e que estamos a preparar inclusivamente para termos candidaturas prontas para toda a requalificação da frente atlântica, no âmbito do plano da recuperação e resiliência.

O bio resíduo também passarei a palavra.

Senhor Deputado Municipal José Lourenço, eu não vou perder muito tempo e peço desculpa, porque é assim, esta obra da 377, eu acho que nunca houve obra tão noticiada, tão falada. Fizemos encontros públicos, fizemos apresentação em conjunto com a rede Elétrica Nacional, houve duas grandes reuniões com consulta pública na Charneca de Caparica, fizemos um vídeo que esteve disponível, fomos acusados pela CDU, de estarmos a fazer propaganda, com a questão dos outdoors das obras, e, portanto, Senhor Deputado Municipal, esteja descansado eu amanhã darei indicação aos serviços para voltarem a pôr outdoors sobre



todas as obras que estamos a fazer. Depois não nos venha acusar que estamos a fazer propaganda. Estamos a responder ao seu pedido de informação para todas as obras.”

7.2.2.12 – A Senhora Vereadora Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu até gostava de agradecer ao Senhor Deputado Municipal ter-me feito esta pergunta, a pergunta relativamente à Estratégia Local de Habitação, que é a primeira que vou responder. Porque isto parece um cliché, mas não é obrigada pela pergunta, porque eu vou tentar no mais curto espaço de tempo que eu puder, porque não é fácil, demonstrar-lhe o que é que já foi feito para a Estratégia Local de habitação. A Estratégia Local de Habitação é um documento como o Senhor Deputado Municipal sabe, que elenca necessidades e depois traça estratégias, e recursos para respondermos a essas necessidades que foram identificadas. Mas, é um documento vastíssimo, e se bem se recordam, nós definimos nessa Estratégia Local de Habitação, que o nosso grande empenho seria reabilitar, logo, começar pela reabilitação do que eram os nossos bairros municipais, iríamos investir na aquisição de fogos e era nossa intenção recorrer à construção em última instância. Hoje sabemos que temos pronta a proposta de alteração a essa Estratégia, porque sabemos que sem construção não vamos resolver o problema da habitação em Almada, que não se vai resolver nos próximos tempos como toda a gente sabe que não será possível dada a dimensão do problema.

Respondendo agora à questão concretamente digo-lhe assim, perguntou-me quantas candidaturas foram feitas ao IHRU, para fazer candidaturas ao IHRU, os serviços tiveram que fazer um trabalho de base e de procura de dados, que foi absolutamente hercúleo, eu para fazer uma candidatura ao IHRU, tenho que ter o nome de todas as pessoas de cada fogo que eu vou candidatar ao IHRU, com os respetivos NIF, que por acaso 600 deles estavam errados e tivemos que os corrigir. E, portanto, este trabalho é um trabalho hercúleo, está quase todo feito, não está todo, porque ainda não foi possível fazê-lo todo porque vivemos num país de direito e aqueles que não respondem tem que seguir a tramitação da Lei para podermos entrar em casa sem que a Lei nos venha acusar de estarmos a fazer violação da propriedade alheia. Portanto, mas está muito feito. E aquilo que lhe posso dizer é: temos feito uma primeira candidatura ao IHRU, que o Município suportou mas dela irá ser ressarcido, de 700.000.00€ (setecentos mil euros), que neste momento foram do orçamento do Município, para a reabilitação integral de dois prédios na rua Ruy Luís Gomes, e identifico-lhe o 9 e o 19, com 28 fogos onde vai ser feita toda a reabilitação, desde a cobertura porque o problema dos fogos tem a ver com a água que entra pela cobertura, onde vai ser retirado o amianto, e onde a seguir vamos reabilitar todos os fogos que ali estão depois de a água deixar de entrar, Tivemos que mudar famílias daqui para outros fogos que conseguimos libertar através da regularização que fizemos de rendas e já lhe explico outra situação muito complicada, e começou, não vai começar, começou há cerca de 10 dias, a reabilitação destes dois prédios na rua Ruy Luís Gomes, que é a primeira e eu considero que é um marco muito importante, porque é a primeira operação de reabilitação integral dos fogos dos bairros onde vamos ter que reabilitar uma grande quantidade



deles. Temos em preparação o lançamento da candidatura para mais 13 prédios e agora chamo-lhe atenção, verifique o trabalho que nós tivemos para encontrar um processo administrativo completo, para cada uma das pessoas que mora no bairro, quando não tinham contratos desde 2015, não atualizavam rendas desde 2012, e nós tivemos que estar a fazer tudo isso pelo menos relativamente aqueles, que esses estão todos feitos e mais alguns, que tivemos que candidatar.

Portanto, este trabalho é visível, eu muitas vezes ouvi aqui que parece que a habitação não faz nada, dizem os Senhores Deputados Municipais, já várias vezes o disseram. Não, faz. Só que nós tivemos que fazer um trabalho que não era suposto se calhar termos que fazer. Mas tivemos que fazer, porque senão nunca nos poderíamos candidatar a nenhum financiamento do IHRU. Portanto, 700.000.00€ (setecentos mil euros) dos quais vamos ser ressarcidos para os dois prédios, a aquisição de cerca de 20 fogos, não compramos mais porque o mercado não tem, lançamos uma oferta pública de compra e apareceram-nos 3 casas, compramos outras para evitar despejos das pessoas que lá estavam, do contrato que havia de arrendamento com a Caixa Geral de Depósitos, e vamos lançar agora a próxima para os 13 prédios que já lhe falei. Iniciamos no início de 2020, uma empreitada não do IHRU, do Município, de 180.000.00€ (cento e oitenta mil euros) só para intervenções nos fogos. Dirá: “mas ainda falta muita coisa”. Falta, é verdade, pois eles eram tantos que 180.000.00€ (cento e oitenta mil euros) não vai chegar a das necessidades que eram precisas, para que os fogos que estão com humidade, com os canos a rebentar, etc., etc., esteja tudo pronto. Não está. Mas gastamos durante este ano 180.000.00€ (cento e oitenta mil euros) só em intervenções nos fogos, não foi em reabilitação, essa é outra, foi nos fogos, naquelas necessidades que costumavam vir aqui em reunião da Assembleia Municipal e parece que agora até têm vindo menos, parece, não quer dizer que na próxima não apareçam, porque há muitos que ainda precisam da intervenção e os 180.000.00€ (cento e oitenta mil euros) não são com certeza suficientes.

Quero apenas chamar-lhe atenção para outra coisa, fizemos uma coisa muito importante, que foi o concurso Habit Almada, tivemos cerca de 1200 candidaturas, mas hoje toda a gente sabe a quem é que a casa é atribuída e quem não é. É só consultar a lista, é de 15 em 15 dias atualizada, eu acho que isto é um marco fundamental na habitação em Almada, peço desculpa, estou a chamar a mim os louros? Não estou. Estou a chamar aos serviços que o fizeram e que, muito trabalho fez. Mas é um marco muito importante na habitação em Almada.

Apesar de não termos casas novas, apesar de termos ainda conseguido casas novas, apenas conseguimos as 3 porque as outras foram para os arrendatários que lá estavam. Já conseguimos este ano através da gestão do parque da legalização de vínculos, conseguimos realojar cerca de 50 famílias. E sem casas novas, com as que tínhamos. E, portanto, iremos continuar.

Por último, temos identificado o terreno, temos o parecer elaborado para construção de 100 fogos, estes já nada têm a ver com os bairros municipais, mas têm a haver com aquilo que nós denominamos “realojamento



das barracas". Só para terminar quero dizer, estão identificados com o nome, idade e número de contribuinte, 54 fogos nas Terras de Lelo e Abreu, não é as que estão lá por acaso, estão com processo administrativo feito e registado, estão 84 fogos no 1º Torrão e nas traseiras das Terras da Costa, e estão 494 no 2º Torrão, faltando apenas uma pequena parcela para o registo administrativo. E, portanto, se quiser somar isto tudo, juntando-lhe os núcleos que estão em zona de risco, eu tenho uma necessidade de 1696 fogos novos em Almada. E, portanto, como deve calcular eu não lhe vou dizer que resolvo o problema da habitação, porque não resolvo eu nem resolve ninguém nos tempos mais próximos, mas tudo faremos, aproveitando o financiamento, e o programa de resiliência que agora temos, dar aqui os maiores passos que pudermos, para que de facto, o problema da habitação em Almada como eu disse sempre aqui nesta Assembleia Municipal, comece a ser resolvido."

7.2.2.13 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à Cooperativa Piedense, o que se está a passar e agradecendo já a questão, é o que vai já independentemente do protocolo que já temos e que foi aprovado em reunião de Câmara e nesta Assembleia Municipal, com o Ministério da Justiça, o que vai lá funcionar agora, foi-nos pedida a sala para poder haver audiências em espaço maior por causa das regras COVID, e vai lá ser instalado também o Gabinete de Perícias do Instituto de Medicina Legal de Almada, no sentido de começar a ocupar parte da Cooperativa. Não são ainda as grandes obras que estavam previstas, o Ministério da Justiça disse-nos que não tinha esta capacidade na altura, mas de qualquer maneira é uma colaboração que já está a avançar."

7.2.2.14 – O Senhor Vereador João Couvaneiro:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero responder às questões que foram colocadas pela Senhora Deputada Municipal Inês Bom e pelo Senhor Deputado Municipal João Gerales.

Relativamente aos apoios à restauração, ao comércio e aos serviços que temos no Concelho de Almada, está a ser preparado neste momento pelos serviços, uma proposta que como referiu, as medidas que foram prevista para o verão, naturalmente têm que ser adequadas aquilo que são o tipo de apoios que podemos proporcionar nesta fase que é mais difícil e temos mais informações hoje que não tínhamos há uns meses e por isso, naturalmente, temos um conjunto de propostas que estão a ser perspectivadas, analisando também boas praticas que têm sido realizadas noutros municípios em Portugal e no estrangeiro, e que proximamente irão a reunião de Câmara Municipal.

Quanto à questão da Escola de Vale Flores, quero dizer que, estamos a fazer uma obra nesta escola, havia problemas estruturais desde o momento da sua construção e que provocaram um enorme transtorno e que estamos a resolver. Naturalmente à medida que vamos resolvendo uns problemas as pessoas vão sendo mais exigentes e vão colocando novas questões. Nesse sentido, a questão dos telheiros foi uma questão que tem



sido recorrentemente colocada pelos encarregados de educação e pelas famílias daquela comunidade escolar, e eu quero dizer que está neste momento previsto um plano de intervenção em relação à colocação de telheiros, mas no caso específico quero dizer também, que problema semelhante surgiu na Costa da Caparica e devo um agradecimento especial à Junta de Freguesia da Costa da Caparica, que tomou a iniciativa de avançar com a resolução desse problema de forma muito ágil, e, portanto, quem sabe se não encontramos aqui formas de cooperação entre as diversas estruturas do Poder Local que possam encontrar respostas ágeis a estas situações.

Quanto à questão que foi colocada pelo Senhor Deputado Municipal João Geraudes, quero dizer que é muito sinteticamente, porque temos pouco tempo, mas foi colocada uma questão pelos Senhores/as Vereadores/as da CDU, para a qual já preparamos resposta e deve estar a seguir se ainda não seguiu. Quero dizer que em função daquilo que foi a avaliação do Plano de Contingência face ao surto pandémico que estamos a viver, esta e outras instalações desportivas municipais, tiveram um plano de contingência específico, esse plano de contingência específico, previu a possibilidade de as nossas atividades serem frequentadas por cerca de 5200 pessoas, em linha mais ou menos com aquilo que eram as inscrições noutros anos e épocas desportivas, e aquilo que verificamos, foi que, logo desde o início, o número de inscrições foi muitíssimo baixo, apesar de todos os esforços que tivemos de promoção daquilo que eram as condições higiossanitárias que permitissem tranquilidade à população para que se pudesse inscrever nas nossas instalações. Quando eu digo que foi muito baixo, estamos a falar em valores no início na ordem dos 1300, 1400, e que agora substancialmente superior, mas que ainda rondará os 2000, ou seja, abaixo de metade daquilo que tínhamos noutros anos. A situação que se verificou, é que tínhamos um conjunto de aulas disponibilizadas, para as quais tínhamos dois, três professores avençados, às vezes com professores do quadro também disponíveis para a realização dessas atividades e para essas atividades tínhamos zero, um ou dois inscritos. E isto pareceu-nos que era de rever, de reposicionar, de reavaliar, de procurar aqui uma outra organização das aulas, que permitisse a boa afetação de recursos públicos. Naturalmente sabemos e estamos conscientes, que isto se pode traduzir numa redução daquilo que seja os valores auferidos pelos tarefeiros que estão nestas instalações. Mas, sob o ponto de vista daquilo que é a boa aplicação dos recursos públicos, parece-nos que, face aquilo que são os números do Plano de Contingência, de vagas disponíveis, não termos um mínimo de 25% de inscritos, ou termos aulas com zero inscritos, era muito difícil justificar a continuidade dessas aulas, três meses corridos do início das atividades. Quero dizer que, foi assumido pela Autarquia enquanto as instalações não puderam ser frequentadas de todo, porque estávamos em confinamento, a manutenção destes pagamentos, num valor que ascendeu a cerca de 400.000.00€ (quatrocentos mil euros), quando não foi de todo possível, que esses prestadores de serviços estivessem aqui a desenvolver essas atividades. Quero ainda dizer que, para mitigar aquilo que foi o impacto negativo desta redução de aulas que vai ser avaliada mês a mês em função do número de inscritos, fizemos um reposicionamento da tipologia de aulas, quer isto dizer, só para ser muito sintético,



que procuramos sempre que possível aumentar aquilo que era pago a cada uma destas aulas. Isto quer dizer o quê? Muito sinteticamente, que das sete tipologias de aulas que tínhamos, valor pago por hora/aula, tivemos a manutenção dos valores em três destas categorias, e conseguimos aproveitar apesar de tudo, para fazer um aumento com alguma expressão em quatro das sete categorias e tipologias de aulas. Quando eu digo aumento de alguma expressão, 3% para aquilo que são o conjunto dos tarefeiros com mais aulas, e 16% para o segundo conjunto de aulas com mais tarefeiros. Dizendo isto que, alguns dos tarefeiros não eram aumentados há muitos anos.

Concluo dizendo que, naturalmente é uma medida que nos custa mas parece que é naturalmente justa atendendo às circunstâncias que temos e que representa a boa utilização de recursos públicos e que estamos permanentemente a tentar encontrar soluções para trazer as pessoas para a prática desportiva, e neste momento a grande preocupação já que não vêm praticar atividade desportiva nas instalações desportivas municipais em recintos fechados, alargarmos esta oferta para a atividade desportiva ao ar livre que é a grande aposta para o início do próximo ano civil.”

7.2.2.15 – O Senhor Vereador Nuno Matias:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito rapidamente sobre as questões que foram colocadas.

O Regulamento Municipal dos cuidadores que resolve o problema da alimentação no espaço público, de cães e felinos, no caso de gatos, está neste momento já em fase de ser discutida na vereação executiva para poder ir a reunião de Câmara Municipal, para lançar o processo de consulta pública. Portanto, essa proposta está pronta e já foi até entregue na Presidência.

Na questão do parque de matilhas, dar-lhe nota que o parque foi adquirido, já está instalado na praia, que aliás, tem sido acompanhado não só pelos serviços, mas também com o apoio e a colaboração ativa da Provedoria e também de um grupo de voluntários. A ideia é durante o ano de 2021 podermos adquirir mais um ou dois equipamentos desta natureza, na certeza depois, com o projeto novo do bem-estar animal, teremos aí sim parques de matilhas dentro do próprio centro de bem-estar, para o acolhimento e um trabalho mais estruturado de acolhimento das matilhas e de adaptação e socialização dos cães neste caso.

Em relação ao abate de árvores, dar nota que, não é prática haver abate de árvores no Concelho de Almada, só em situações identificadas de problemas técnicos nas próprias árvores, aliás, temos um protocolo com um estabelecimento universitário que vai fazendo também esse estudo identificado sobre a situação fitossanitária das árvores, nas ainda assim, há algumas intervenções e eu lembro-me de um caso na Sobreira, onde efetivamente a intervenção obrigou a realocação e nalguns casos um abate pontual. Aquilo que ficou combinado até com a intervenção com as redes viárias e os SMAS, aqui na pessoa do Vereador Miguel Salvado, foi que, por cada árvore que tivesse que ser invariavelmente abatida, teriam que ser colocadas duas.



E é esse o compromisso que sido assumido nesse local, mas como digo, a prática é muito localizada e não há regra nem prática instituída de abate de árvores, só mesmo em situações limite por situações fitossanitárias. Em relação à questão que foi colocada pelo Bloco de Esquerda sobre as novas boxes do CRO - Centro de Recolha Oficial, foram colocadas para reforço transitória da capacidade, sem prejuízo de termos neste momento pronto o projeto, faltarão a parte das especialidades e como certamente já tiveram conhecimento e oportunidade de constatar, existe na proposta de orçamento, uma dotação orçamental plurianual, para que ainda em 2021, possa ser lançado o concurso para a empreitada de construção deste novo centro de bem-estar animal, que tem várias vertentes. Tem a vertente de CRO, mas também de alguma intervenção de apoio associativo, naquilo que também é algo que já colocamos em prática neste mandato, que é a prática mais proativa e responsável de adoção e que também já tem reflexos nos números que nalguns casos já podem constatar nos próprios Relatórios da Informação Municipal que foi distribuída.”

7.2.2.16 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dar uma palavra relativamente a esta questão do Centro de Recolha Animal, lembrar que também, aliás, no Orçamento do Estado houve uma proposta feita pelo PAN para o aumento de verbas de apoio para a criação destes centros e até também para as questões de esterilização e que também estamos a trabalhar, saber um bocadinho melhor o que é que são esses fundos para poder concorrer também a esses fundos ao nível de comparticipação para o Município e, portanto, é uma medida que nos parece muito importante.”

7.2.2.17 – O Senhor Vereador Miguel Salvado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tentando ser breve também devido ao tempo e agradecer as bancadas que também nos disponibilizam tempo, até porque há aqui perguntas que são importantes e muitas vezes não temos tempo para responder a todas, aliás, eu trago aqui uma que já foi feita numa sessão anterior, infelizmente não tivemos tempo para responder, mas eu hoje quero mesmo responder de uma forma muito transparente.

Só quero dizer duas coisas. Em relação à Romeira tem havido um trabalho muito direto com a Dona Sónia da Abraços, ainda esta semana tentamos pôr mais sinalização, estamos a tratar até de outro tipo de sinalização, mas infelizmente não tem sido fácil. E tem havido aqui um diálogo direto com ela, enquanto cuidadora da colónia, mas não tem sido tal como o Senhor Presidente disse, com o empreiteiro não tem sido fácil, mas temos procurado esse diálogo quase permanente também com ela enquanto cuidadora e também com as outras voluntárias.

Em relação aqui a algumas afirmações que foram feitas, só deixo esta informação, vamos iniciar novas obras e novas intervenções, e o Senhor Deputado pode ter a certeza que vai lá haver muita informação, espero é que depois não nos venham acusar de só andarmos a fazer propaganda. Mas isso pode ter a certeza que



vamos fazer. Até porque na Estrada Nacional 10 na primeira fase já fizemos, na segunda que se iniciará em breve também vamos fazer e por aí fora. Mas isso, falaremos então noutro fórum.

Para terminar. Houve um assunto que foi trazido aqui à Assembleia Municipal, já na sessão anterior ou na outra, já me falha a memória, penso que nessa sessão até nem estava cá, estava ao serviço dos SMAS noutro sítio, mas dizer o que tem a ver com a atribuição dos Selos da Qualidade Exemplar da Água para o Consumo Humano de 2019. E eu gostaria de passar aqui a ler só 3 ou 4 parágrafos, porque acho que era muito importante esclarecer, para que isto fique de uma forma transparente, clara e penso que definitiva. A atribuição dos Selos do Serviço de Água e Resíduos, resultam de uma pareceria entre o Jornal Água e Ambiente e a Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos – ERSAR. Existem entre vários e entre eles o da Qualidade Exemplar de Água para Consumo Humano. Estes Selos não são a demonstração da qualidade da água fornecida, o que oficialmente, é feito pela ERSAR, com os relatórios RASARP e que para 2019, e para os SMAS de Almada correspondeu a um índice de água segura de 99,86%. O objetivo do PEAASAR para Portugal é superior a 99%.

Desde a sua criação os SMAS de Almada, têm tido a atribuição dos Selos da Qualidade da Água e por essa razão em 2019, foi notada a não atribuição. O que aliás, também sucedeu com Sintra, Loures, Odivelas, Seixal e com a própria EPAL. Para referir apenas alguns mais próximos do Concelho. Esta diferença resultou da alteração que foi feita ao Regulamento de Atribuição de Selos, com critérios penalizadores para as entidades gestoras. Por exemplo, para parâmetros microbiológicos cuja origem pode ser na rede predial, que é da responsabilidade do proprietário, e cujo o ónus de incumprimento possa recair sobre a entidade gestora. Foi o que sucedeu no ano passado com os SMAS de Almada. Uma análise no conjunto de quase 4 mil, com um valor muito baixo, ainda assim positivo, e após essa determinação houve uma afirmação de incumprimento, de acordo com o estabelecido. Foram feitas contra-análises e todas com resultados negativos. Logo, não foi identificada a causa, e a própria ERSAR, a considerou assim. Depois disso, o júri da revista, decidiu que em caso de uma não identificação da causa, a responsabilidade seria da entidade gestora. Apesar da colheita ser feita na casa dos consumidores. Logo, em rede predial.

Com estas razões, os SMAS de Almada contestaram a decisão do júri, mas não receberam qualquer resposta até ao dia de hoje. E esta contestação foi feita no início deste ano. Aliás, até começou no final do anterior. O que segundo nos informaram, também sucedeu com várias outras entidades gestoras. Destas já referidas e outras.

Saliento mais uma vez que o Selo é uma atribuição de um jornal e que a demonstração oficial da qualidade da água é dada pelos resultados apurados e publicados pela ERSAR. Esses sim, com base na legislação aprovada, nos critérios da União Europeia e da Organização Mundial de Saúde. Acrescento ainda, que naturalmente para o ano de 2020, lemos o Regulamento com muita atenção, concorreremos e obviamente esperamos voltar a ter o Selo.



Eu acho que era importante deixar este esclarecimento, porque algumas afirmações que foram feitas não foram verdade, e nem estou a dizer que foi aqui na Assembleia Municipal, mas acho que era importante deixar este esclarecimento, num sinal de respeito pela própria Assembleia Municipal, antes dos próprios SMAS de Almada fazerem a divulgação deste texto.”

7.2.2.18 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero aqui dar uma nota relativamente à questão da Avenida do Mar, que já foi colocada. O projeto da Avenida do Mar já está concluído, já temos o parecer positivo condicionado por parte da CCDR e, portanto, estamos em condições de dentro em breve, assim que seja aprovado o Orçamento, lançar o procedimento. Portanto, estamos na questão exata.

Relativamente à questão dos percursos cicláveis que também foi colocada. Eu devo dizer que, os percursos cicláveis é um projeto que aliás, já vem do anterior mandato que foi naturalmente retrabalhado, acho os serviços que os fizeram e que os acompanharam e que são os mesmos, sabem melhor até do que nós, quais são as dimensões necessárias nas vias. E como sabem até há uma candidatura, portanto, nós chegamos o projeto já estava praticamente concluído, lançamos a candidatura e neste sentido estamos naturalmente confiantes neste como noutros projetos. Nós politicamente concordamos com a criação destes percursos e depois tecnicamente os serviços mantem de certeza com todo o rigor a dimensão necessária.

Quanto aos apoios ao comércio local. É importante dizer que, só no dia 22 de novembro, é que saiu uma clarificação daquilo que prevê as declarações da legislação do COVID, relativamente aos apoios ao comércio, a privados, e, portanto, mesmo Lisboa, só aprovou em Assembleia Municipal um regulamento de urgência para poder atribuir esses apoios. É esse trabalho que está neste momento a ser feito e concluído, e que eu penso que estará em condições de vir a esta Assembleia Municipal, caso naturalmente, passe em reunião de Câmara que antecede. Portanto, o trabalho já estava todo ele muito avançado, com várias hipóteses de apoio, agora, foi necessário esperar esta clarificação, porque nós sabemos que há um lado voluntarioso, mas há também a necessidade de garantir em todas as ocasiões, que o dinheiro público é entregue com o devido enquadramento jurídico. E isso era um problema não apenas de Almada, mas de vários Municípios, vários Municípios que se anteciparam, que depois inclusivamente, pressionaram para poder ter uma base jurídica, os projetos já estavam todos a ser trabalhados, neste momento estão praticamente em condições de ir a reunião de Câmara, para depois vir aqui neste sistemas num processo de regulamento de urgência, em que sejam aprovados a atribuição dos apoios para poderem colmatar os meses sempre mais terríveis e difíceis a todos os anos e este ano ainda se prevê que seja pior, que é de facto, janeiro, fevereiro, março, todo aquele período onde as esplanadas não funcionam, na época do frio e estas questão são essenciais.”



7.2.2.19 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Matias:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para dar um esclarecimento adicional ao Senhor Deputado Municipal José Lourenço.

A rua do MFA e a rua Dr. Alberto Araújo que estão a ser transformadas em percursos cicláveis, não tinham, e obra vai durar um bocadinho mais, porque é uma via estruturante da Sobreda, e os anteriores executivos nunca fizeram sumidouros na estrada. Quando se iniciou a obra, foi detetado que não tinha sumidouros. Portanto, veja só ao estado que aquilo chegou. Aquilo não tinha passeios, as pessoas saíam do Centro de Saúde e eram atropeladas naquela estrada, não podiam caminhar naquela estrada, uma via estruturante de uma vila e nem sumidouros tinha.

Portanto o que a Câmara fez é muito bem e dou aqui os parabéns à Senhora Presidente. Vai ser colocado passeios, uma via escolar ciclável, e sumidouros não só nessas duas, como em muitas artérias que cruzam com a rua Dr. Alberto Araújo e com a rua do MFA. Portanto, se quiser saber alguma coisa do projeto, também pode ir ao site da Câmara Municipal que está lá.

A segunda questão a 377, são duas valas porque são duas linhas. São duas valas porque são duas linhas. Desde o início, é isso que está no projeto. Se perguntar a algum Vereador da CDU, do anterior mandato, se calhar podem lhe explicar.”

7.2.2.20– O Senhor Deputado Municipal José Lourenço:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Respondendo a algumas questões que aqui me foram colocadas. A Senhora Presidente não tem que se preocupar comigo, nem tem que pôr ou tirar placas indicativas de obras, porque eu Deputado Municipal o solicito, essa deve ser a sua menor preocupação. A sua preocupação deve ser os munícipes anónimos, que não têm acesso a muita informação, e que a informação que lhes dão são como há pouco referia, painéis, paizinhos com criancinhas a passarem por passeios sem a rede elétrica por cima, porque, entretanto, não fica bem. Eu não quero isso. Eu e o que as pessoas querem, é indicações sobre a obra, que obra é aquela. As pessoas têm que saber que obra é aquela e não sabem. Não há nenhuma indicação que diga, que aquela obra não sendo diretamente feita pela Câmara Municipal, é uma obra da responsabilidade, da vontade, digamos que é um objetivo deste executivo municipal. Para o bem e para o mal. Terão os louros e terão os espinhos. E isso os munícipes têm e deveriam saber. Eu acho que isto não tem discussão nenhuma. Não estou a ver onde é que está a dificuldade em perceber isto. E o que nós vemos hoje e eu convido qualquer Deputado Municipal a percorrer a Estrada Nacional 377, há uns painéis pequeninhos CME, CME, a pessoa tem que parar para ver que é da CME, e mais nada. E o munícipe passa ali, e agora vai para a direita, depois vai para a esquerda, depois vai ao fundo, depois volta ali, agora está num sentido, depois está noutro, informem as pessoas. São tão democratas, são tão participativos, gostam tanto de dialogar e depois quando têm de dar informação escondem-na. Porquê? Não temos nada a esconder, se o que está ali está tudo bem, pelo menos informemos



as pessoas. Saibamos qual é o tempo que as pessoas vão ser afetadas, mas depois ficarão com uma obra que certamente muitos deles irão gostar. É isto que se pede, não peço mais. E isto é um direito que todos temos. Em relação à questão que já percebi não me respondeu o Vereador, respondeu o adjunto de Vereador que é Presidente de Junta, à questão da Estrada de Vale Figueira. Eu não percebo, porque é que um projeto que diz: “valorização de percursos pedonais, cicláveis, de ligação aos equipamentos escolares do interior do Concelho”, serve para substituir sumidouros e francamente eu não consigo perceber, como é que ali vai haver uma via para bicicletas e simultaneamente vai haver dois sentidos. E ao mesmo tempo dizem-me que é para pôr uns sumidouros, eu não percebo, mas eu tanho a sensação que não é isto que se candidata. Não é isto que foi a candidatura, pelo menos que é entregue aos Fundos Comunitários, não é uma candidatura para substituir sumidouros. E uma candidatura de 1.127.000.00€ (um milhão cento e vinte e sete mil euros).

A outra questão tem a ver com uma questão colocada aqui, a questão da habitação que a Vereadora Teodolinda Silveira deu aqui alguns esclarecimentos interessantes.

Eu apetecia-me dizer-lhe seja bem-vinda ao campo daqueles que estão muito preocupados com a questão da habitação e sabem que a habitação não é um problema de estalinho. Mas atenção, quem pôs no programa eleitoral que ia resolver o 2º Torrão, quem pôs no programa eleitoral que ia resolver tudo aquilo neste mandato, não foi a CDU, foi o PS de que a Vereadora Teodolinda Silveira faz parte. Ela já sacudiu água do capote, e faz muito bem, mas o PS não pode sacudir. Por outro lado, a verdade é que as Opções do Plano para 2021, trazem lá a construção da habitação social. Eu pergunto, e vem lá umas boas centenas de milhares de euros. Como é que é possível? Há aqui alguém que seja capaz de me explicar como é que num ano, sem projeto, se faz uma obra? Sem empreitada lançada? Isto o que é? Propaganda eleitoral. Mais nada. Não é possível, se tivéssemos o projeto de execução, o terreno, gastava-se dinheiro, é obvio, essa é a parte mais complicada, depois é avançar. E isto está nas Opções do Plano.

A última questão, uma questão que foi colocada aqui e que o Vereador João Couvaneiro referiu. Tem a ver com a questão dos prestadores de serviços, dos professores de natação. A questão é esta, é que os professores até agora, eram pagos à aula. Tinham uma aula de 40 minutos e recebiam a hora correspondente a isso. A partir de agora, passam a ser pagos ao minuto. Significa que um professor que dá duas horas, para receber duas horas tem que dar 3 aulas. Antes este professor, recebia o correspondente a três horas. É verdade que aumentaram ligeiramente o preço hora, mas não compensa o corte de quase 30%. Isto não compensa quase o corte de 30%. É caso para dizer, de formas ínvias, o lay off já chegou a Almada, de formas ínvias já chegou. Felizmente para os trabalhadores do Município, não têm poder para fazer isso aos outros, mas estes têm.”

7.2.2.1 – Usou ainda da palavra o Senhor Vereador João Couvaneiro para defesa da honra.



7.2.2.2 O Senhor Vereador João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu quero dizer que, reputo no mínimo de ofensiva a expressão “ínvias”, porque aquilo que nós fizemos, nós os coordenadores técnicos, e todos os serviços do Município, foi acautelar que as pessoas não tinham de facto, um decréscimo daquilo que eram as suas receitas e aquilo que era o pagamento que lhes era feito. Portanto, aquilo que eu lhe disse, e não tenho em dois minutos condições para lhe mostrar, é que face a essa adaptação daquilo que era o valor pago à hora ou à aula, temos um conjunto de trabalhadores, que é aquele que representam a maior massa laboral do Município que é aumentada em 3%, a 2ª maior massa é aumentada em 16%, e por exemplo, Senhor Deputado Municipal, aqueles que dão aulas a bebés, que dão aulas de meia hora, se face o aumento que nós garantimos, se conseguissem dar, não conseguem porque efetivamente, em função do Plano de Contingência não é possível, mas se conseguissem dar 2 aulas de meia hora no decurso de uma hora, tinham um aumento de 70%. Só para deixar absolutamente claro. Portanto, essas acusações absolutamente gratuitas, mal fundamentadas, não elevam aquilo que é o debate democrático, nem aquilo que os serviços fizeram em prole da defesa destes trabalhadores, que não sendo trabalhadores do Município, não conseguíamos garantir que com zero inscritos pudessem ter aulas, que com um inscrito pudessem ter aulas e por isso, aquilo que nós fizemos foi um esforço imenso por parte dos serviços da Câmara Municipal, para garantir o pagamento digno a estas pessoas, que não eram aumentados há muito tempo.

E já agora, desde o período do mandato do partido de vossa excelência que estava à frente dos desígnios da Câmara Municipal. Portanto, para que fique absolutamente claro, o que nós fizemos aqui, foi acautelar aquilo que é interesse público, os interesses dos trabalhadores, e já agora, repor e resolver situações que deixaram acumular.”

7.2.3 – Não havendo mais pedidos de palavra deu-se por apreciada a Atividade Municipal.

7.3 – Entrou-se no ponto 3.3 da agenda relativo a apreciação e votação da proposta da Câmara sobre Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2021.

7.3.1 – Para apresentação da proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara.

7.3.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou ser muito breve nesta apresentação.

Como sabem a Lei das Comunicações Eletrónicas estabelece a possibilidade de uma Taxa Municipal de Direitos de Passagem aplicada como um percentual do total da faturação mensal das empresas, que fornecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, sendo que não pode ultrapassar os 0,25%. Tendo em vista esta aplicação, o Município de Almada mantém aliás, aquela que tem sido a taxa em vigor há muitos anos, sem qualquer alteração e propõe a aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a 0,25%, assim



como, caso seja aprovada, esta proposta solicita-se que se possa dar conhecimento à ANACOM e às empresas abrangidas.”

7.3.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria, com 35 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 13 dos eleitos do Grupo Municipal da PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e de União de Freguesias que o integram 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito PAN, 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes; e 3 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do BE, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova a Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2021 fixada em 0,25% sobre o total de faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, ao abrigo do artigo 25º, nº 1, al. b) do Regime Jurídico das Autarquias Locais constante do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 106º, nº 2 e 3 da Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro, nos precisos termos da deliberação camarária de 2 de dezembro que aprovou a proposta nº 833/2020 (DCAO).

7.4 – Entrou-se no ponto 3.4 da agenda relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Tarifário de Resíduos Urbanos e Taxa de Gestão de Resíduos para o ano de 2021

7.4.1 – Para apresentação da proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara.

7.4.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao Tarifários dos Resíduos Urbanos e a Taxa de Gestão de Resíduos para o ano de 2021, a proposta que nós trazemos e que tem que ser sempre elaborada, é feita em princípio em relação aquilo que são os investimentos e também sobretudo em relação a Taxa de Gestão de Resíduos. A Taxa de Gestão de Resíduos como nós sabemos, foi um tema muito debatido e que Almada assim como todos os Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, solidariza-se também com a posição assumida pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, fomos todos confrontados com uma duplicação dos montantes da Taxa de Gestão de Resíduos.

Acontece que, nós temos que comunicar o cumprimento da Lei à ERSAR, pelo que nesta proposta que trazemos e que reduzimos o calculo ao nível dos nossos investimentos, apesar de sermos obrigados a ter um exercício equilibrado que é também uma das regras da Entidade Reguladora. A proposta que nós aqui trazemos, que corresponde de facto, a um pequeno aumento da Taxa de Gestão de Resíduos, mas que advém no fundo, praticamente, do respeito pelo Decreto do Governos, sendo que queremos deixar aqui também a



nossa posição clara, que não acreditamos que seja desta forma brutal, que nos tornamos mais eficazes na redução do depósito em aterro. O depósito em aterro é uma questão primordial, ao nível do ambiente, não é penalizando duplamente e triplamente os Municípios, que por um lado, têm que repercutir s investimentos que fazem para limitar os depósitos em aterro, e por outro lado, são também penalizados, a duplicação dos montantes para depósito em aterro, não penalizando duplamente os Municípios e neste caso os munícipes por ainda por cima somos obrigados a fazer repercutir isto na fatura. Não é uma boa maneira de sensibilizar as pessoas para a necessidade absoluta de fazer a seleção de resíduos.

Portanto, queríamos deixar esta posição clara. A proposta que aqui trazemos os Senhores e Senhoras Deputados têm-na. Na realidade estamos a falar depois um aumento que não chega a um euro, mas que é um aumento sobretudo no cumprimento daquele que foram as regras legais e que todos os Municípios têm de alguma maneira comunicar à ERSAR, não desistindo naturalmente, da contestação que consideramos ser justa nesta matéria.”

7.4.2 – No debate usou da palavra o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP).

7.4.2.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para corroborar das palavras da Senhora Presidente da Câmara Municipal e manifestar a discordância total deste aumento em duplicação, que vai repercutir nas famílias almadenses.”

7.4.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria com 23 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal da PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito PAN e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa, e 14 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, e 1 abstenção do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo do artigo 25º, nº 1, al. b) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, constante do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 47º, nº 1 do Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos, Imagem, Limpeza e Higiene Urbana da Câmara Municipal de Almada, publicado através do Edital nº 81/2016 no DR nº 19/2016, II série de 28/01/2019 (RMRUILHU) e do n.º 8, do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua redação atual, (este em virtude do parecer da ERSAR para o ano de 2020, aprova:

- 1. O seguinte Tarifário dos Serviços de Resíduos Urbanos, para vigorar em 2021, a partir do dia 1 de janeiro, conforme documento anexo à proposta, e condicionado à emissão de parecer (solicitado em tempo) da ERSAR,*



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

Estrutura Tarifária	2021			
	Utilizadores Finais		Tarifário Social	
Tarifa de disponibilidade (a faturar por cada 30 dias)	Domésticos	1,3520€/mês 0,0451€/dia	<i>Em situação de carência económica – isenção da tarifa de Disponibilidade</i>	0€
	Não domésticos	2,4639€/mês 0,0821€/dia	<i>Aplicação da Tarifa de Disponibilidade dos Utilizadores Domésticos</i>	1,3520€/mês 0,0451€/dia
Tarifa variável (por cada m³ de água)	Domésticos	0,2803€/m³		0,2803€/m³
	Não domésticos	0,8642€/m³	<i>Aplicação da Tarifa Variável Utilizadores Domésticos</i>	0,2803€/m³
Taxa de Gestão de Resíduos (por cada m³ de água)	0,1568€/m³			

2. O subsídio de 768.363 €, correspondente ao impacto financeiro da aplicação dos tarifários sociais, nos termos do artigo 22.º do Regulamento nº 52/ 2018, que revê e republica o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, e dos quais são beneficiários aqueles se enquadram no artigo 45.º do RMRUILHU.

Nos precisos termos da deliberação camarária de 2 de dezembro que aprovou a proposta nº 836/2020 (DCAO).

7.5 – Entrou-se no ponto 3.5 da agenda relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Participação no IRS sobre os rendimentos no ano 2021

7.5.1 – Para apresentação da proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara.

7.5.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Ao nível da participação do IRS, o executivo orgulha-se de trazer aqui a proposta que é um compromisso eleitoral, que é a redução para 3,5% do IRS, ou seja, aumentando assim pelo 3º ano consecutivo a devolução do IRS aos almadenses.

Isto era de facto, um compromisso eleitoral da nossa parte, tanto da parte do PS, como também do PSD, estava inscrito em programa eleitoral. No 1º ano, não foi possível fazê-lo e assim chegamos ao final deste 3º Orçamento com este cumprimento.



Importa lembrar o impacto que isto tem ao nível das contas da Câmara Municipal, estamos a falar de uma redução muito significativa de receita, mas que, não obstante e os números aliás, das nossas finanças dos quais poderemos falar mais tarde, comprovam que pudemos ao mesmo tempo aliviar o esforço feito pelas famílias, permitir mais rendimento às famílias e ao mesmo tempo, ter contas saudáveis, até receitas a subir no estilo daquilo que também é a economia.

Portanto, aqui é um claro sinal de devolução de rendimentos às famílias.”

7.5.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/ Municipais João Galdes (CDU), José Rocha (BE), Maria Luís Albuquerque (PSD), António Pedro Maco (CDS-PP), José Lourenço (CDU), Artur Alfama (PAN), Ivan Gonçalves (PS) e a Senhora Presidente da Câmara.

7.5.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É conhecida a posição política de fundo da CDU relativamente a esta possibilidade conferida aos Municípios de determinarem uma redução percentual da sua participação na receita de IRS arrecadada no respetivo território. Não concordamos nem com o princípio nem com a sua prática.

Rejeitamos esta medida porque ela distorce o caráter progressivo que caracteriza na génese o próprio imposto sobre rendimentos singulares, ao possibilitar uma redução percentual de valor idêntico aplicada a todos os escalões do IRS, o que se traduz, na prática, num benefício objetivo aos rendimentos mais elevados, contrariando frontalmente o espírito e a letra da lei que instituiu e regula a aplicação deste imposto.

Acresce, como a CDU tem igualmente sublinhado, que a participação de 5% nas receitas do IRS cobradas nos respetivos territórios de que os Municípios “beneficiam”, existe apenas e curiosamente, foi criada por um governo do PS, de José Sócrates... – para “compensar” o reiterado incumprimento da Lei das Finanças Locais pelos sucessivos governos da República.

Reduzir o montante efetivamente recebido desta receita municipal significa, a um tempo, reduzir a receita municipal (se esta decisão for aprovada, serão 3,3 milhões de euros de receita possível que não entram no orçamento do Município, sendo por isso 3,3 milhões de euros não disponíveis para investimento ao serviço de todos os Almadenses), e a um outro tempo significa acentuar ainda mais as já muito nefastas consequências do incumprimento da Lei das Finanças Locais.

Por esta razão, a CDU votará contra a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

7.5.2.2 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas umas breves notas sobre esta proposta.



O entendimento do Bloco de Esquerda, o Imposto sobre Rendimento é um imposto que é proporcional a cada rendimento sobre o trabalho, não é justo que seja diferente consoante o Concelho onde os trabalhadores moram, não estamos de acordo com mecanismo fiscal nem que seja uma forma de compensar os Municípios, mas é uma forma de alívio fiscal dos trabalhadores neste momento de crise, não nos vamos opor. O Bloco de esquerda irá abster-se nesta proposta.

7.5.2.3 – A Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A posição do PSD também sempre foi favorável, aliás, faz parte das nossas propostas eleitorais para a Câmara Municipal de Almada, esta redução da parte do IRS e fica para os cofres do Município e que em alternativa fica nos bolsos dos munícipes, o que nos parece que é um bom sítio para colocar esse montante tanto mais que todos os munícipes estarão a enfrentar graves dificuldades e nesta crise em particular, acho que nem sequer podemos dizer que, são apenas os de rendimentos mais baixos que se são afetados, infelizmente a dimensão desta crise afeta de facto, todos os munícipes e tudo aquilo que possa ser feito para contribuir para reduzir um pouco essa situação é seguramente bem visto, além de que nós claramente somos favoráveis a este princípio de poder devolver aos munícipes e aquilo que se perde em receita da Câmara Municipal, é ganho em rendimento devolvido aos cidadãos o que, do nosso ponto de vista, também é muito benéfico para o Município no seu todo.”

7.5.2.4 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para dar indicação de voto do CDS-PP nesta matéria relativamente ao IRS. Estamos a falar de impostos e também concordamos, aliás, também foi uma das propostas eleitorais nesta questão que tem a ver com impostos diretos. Falaremos a seguir da Derrama para as empresas, do próprio IMI e neste caso específico do IRS, é uma forma de redistribuir a riqueza pelos seus munícipes e sempre entendemos que essa mesma riqueza pode e dever ficar em Almada num circuito, digamos assim, de circulação desta riqueza quer aquilo que é arrecadado por parte da Câmara Municipal, para um melhor investimento, e depois também para aquilo que é o próprio investimento ou a própria disponibilidade para que os munícipes possam gastar o dinheiro também tendo mais rendimento e gastar o dinheiro no Município.”

7.5.2.5 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Primeiro quero fazer uma pergunta. Este foi o primeiro ano em que os munícipes em Almada, alguns dos “munícipes”, beneficiaram deste bónus do PS. A pergunta que eu fazia, é se a Câmara Municipal me sabe dizer porque é possível saber isto, porque essa informação chega ao Município, quantos munícipes no fundo, tiveram a devolução do IRS? Porque este ano, os munícipes que tiveram a devolução têm isso na sua declaração de IRS, está lá a devolução.



A segunda questão, é uma vez a questão que nós temos vindo a colocar. É que dizer que isto, que a igualdade, efetivamente é ver as coisas só de um lado. Se 50% grosso modo, a nível nacional, em média, 50% dos trabalhadores por conta de outrem, não pagam IRS, não têm devolução. E curiosamente são os que têm os rendimentos mais baixos. E curiosamente, num ano tão difícil como aquele que temos estado a viver, e aqui ninguém tem dúvidas relativamente a esta matéria, a pergunta que se faz é: é assim que se apoiam os municípios que têm menos poder? É a pergunta que eu faço, se é assim que se apoiam? Devolvendo o IRS a quem mais recebe, porque só quem mais recebe é que tem direito à devolução. Entretanto o Município fica com menos um milhão, um milhão e tal, até nos podem dizer qual foi a quebra de receita, certamente saberá a Senhora Presidente da Câmara, tem uma quebra na receita de um milhão e tal de euros, que bem falta fazer para apoiar as outras famílias. Isto é tão transparente, tão transparente, que vamos continuar a fazer esta discussão todos os anos e é por isso que há a direita e há a esquerda. É por isto mesmo.”

7.5.2.6 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para deixar a nossa posição que é consistente com a dos anos anteriores, independentemente do executivo, sempre foi posição do PAN legitimar a política fiscal escolhida pelo Município independentemente de como colocar ou não colocar.

No caso do IRS vamos votar favoravelmente a proposta do executivo, deixando obviamente a mesma nota todos os anos, que esta é uma devolução que favorece obviamente mais quem mais ganha, e que, aqueles que não têm rendimentos, obviamente não se veem favorecidos em qualquer montante.

Agora, considerando que esta diminuição de receita no Município que é significativa não porá em causa as políticas de bem-estar animal, as políticas ambientais e as políticas sociais que o Município considera e que o executivo considera essenciais para persecução dos seus objetivos, não nos oporemos como não nos temos oposto.”

7.5.2.7 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido Socialista, quer congratular o executivo, por ter ao longo deste mandato diminuído a taxa do IRS para quem reside no Concelho de Almada em 1,5%.

Nós ouvimos também aqueles que foram os argumentos aqui dirimidos pela bancada da CDU nomeadamente. Mas o que é facto, é que, com a ação deste executivo, 1,5% do IRS que os moradores do Concelho de Almada pagam, deixarão de pagar. E há algo que o Partido Socialista vem defendendo já há muitos anos, é que se o Município tem boas contas, e hoje tem melhores contas do que tinha no início do mandato, essas boas contas devem ser postas ao serviço das pessoas, ao serviço ao serviço das classes médias e ao serviço de quem paga IRS. Mas a CDU hoje trouxe-nos um argumento que já o repetiu nos outros anos, que é de quem paga IRS é porque é rico ou perto disso, ou é privilegiado. Se olharmos para a taxa de IRS que é cobrada em Portugal,



quem paga IRS, é quem tem um rendimento superior a cerca de 660.00€ (seiscentos e sessenta euros) mensais. Portanto todas estas pessoas beneficiarão desta isenção. Não chegará aqueles que têm rendimentos abaixo dos 660.00€ (seiscentos e sessenta euros) mensais. Ainda assim, dentro daquilo que são as opções fiscais que o Município pode tomar, esta é uma boa medida. Pelos vistos nas constas do Senhor Deputado Municipal João Galdes, 3,3 milhões de euros e estou-me a cingir às contas que são apresentadas pelo Senhor Deputado Municipal João Galdes, são transferidos do orçamento do Município, para os bolsos dos almadenses. Essa a nosso ver uma boa notícia.

Depois, e numa altura de crise como a que todos nós vivemos, dizer que, alguém que ganha 800€, 900€, não beneficiará ou não merece beneficiar deste desconto fiscal, a nosso ver é algo de errado e é por isso que o Partido Socialista apresenta esta proposta.

Depois há um segundo argumento que nos é apresentado, que é, esta proposta desvirtua a progressividade do IRS. Isso não é verdade, é matematicamente facilmente provado. O IRS tem vários escalões como os Senhores Deputados saberão. Se por exemplo, no 1º escalão que é 14,5% nós cortarmos 1,5%, passamos a ter uma taxa de 13%, no 2º escalão, nos 23%, passamos a ter uma taxa de 21,5%. Senhor Deputado Municipal, aquilo que lhe quero dizer é: se numa taxa que é progressiva, se nós formos cortando 1,5% em cada taxa, não perde progressividade. A progressividade mantém-se, porque a progressividade atinge-se partindo do princípio que aqueles que têm menos, pagam uma percentagem mais baixa, porque ao mesmo tempo, nós também assumimos todos, que o dinheiro faz mais falta, os 600.00€ (seiscentos euros) fazem mais falta a quem tem menos, do que a quem ganhe 2.000.00€ (dois mil euros) ou 3.000.00€ (três mil euros), é por isso que a taxa de IRS é progressiva até chegar a um limite em que metade dos 50% que são tributados a partir de um certo escalão.

Ou seja, esta progressividade não é afetada por haver um corte, que é linear, mas o corte que é linear é feito numa taxa que é progressiva e, portanto, a progressividade mantém-se.

Claro, que quem está isento de IRS, continua a ser isento, felizmente. Mas quem ganha 700.00€ (setecentos euros) por mês, não está isento de IRS, e essas pessoas não são ricas.

Da mesma forma e nós vamos discutir daqui a pouco, uma proposta da Câmara Municipal, sobre o IMI, e aquilo que a CDU tem vindo a dizer, é que defendia, se fosse poder, estas coisas valem o que valem, porque quando foi poder diminuiu o IMI até 0,36%, é o valor que está, ou seja, este executivo manteve a taxa do IMI que foi aprovada pela CDU, mas a CDU vem-nos agora dizer que afinal queria menos, esses 0,36% afinal deviam ser menos. Mas, esta proposta que eu saiba, não beneficia em nada as famílias mais pobres que por exemplo vivam em casas arrendadas, beneficiam quem tem imóveis. Beneficiam por exemplo, se estivermos a falar de pessoas que tenham 14 imóveis e há autarcas neste Distrito que têm por exemplo, 14 imóveis, vão beneficiar e muito. Mas quem só tenha um imóvel, quem tenha casas arrendadas, não beneficia em nada dessa descida de IMI. E, portanto, não deixa de ser demagógico que nós digamos, que uma descida do IRS não



beneficia a classe média, não beneficia aqueles que menos têm, porque só cobrada a partir do memento em que alguém tem um rendimento superior a 650.00€ (seiscentos e cinquenta euros) mensais, mas descer a taxa do IMI num valor que até é inferior, mas descer a taxa do IMI que é uma taxa, aliás, também gostávamos de saber, é que essa taxa também afeta por exemplo, quem tenha imóveis que os arrende, que tenha imóveis no valor de milhões de euros no Concelho de Almada, e até podem ser pessoas que nem morem no Concelho de Almada e que tenham os imóveis aqui no Concelho.

Portanto, o racional da proposta, não nos parece sequer que ajudasse mais as famílias e as famílias de baixos rendimentos do Concelho, é óbvio, se fosse possível, ter outros instrumentos de política fiscal, poderiam ser usados, mas estamos a falar desta proposta em concreto. Esta proposta em concreto, ajuda todos os almadenses e ajuda todos os almadenses que pagam IRS. Os Senhores Deputados da CDU, rejeitam-na estão no seu direito, mas nós entendemos que esta é uma medida útil, e que é uma medida que vai num ano de muitas dificuldades, apesar de tudo, desonerar os almadenses do pagamento de parte das responsabilidades que têm é uma possibilidade que o Município tem à sua disposição e felizmente, usou-a e usou-a com responsabilidade, de forma em também não comprometer as contas do Município.”

7.5.2.8 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Participando um pouco mais neste debate. Eu achei interessante há pouco a justificação que foi dada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal. Aliás, a Senhora Presidente da Câmara já disse isto, não é a primeira vez, portanto, naturalmente di-lo com convicção.

Quando fala da proposta do IRS, diz isto taxativamente: “Estamos a cumprir uma promessa eleitoral nossa.” É verdade, nenhum de nós desmente isso, é verdade. Está a cumprir uma promessa eleitoral. Que pena as outras não serem cumpridas. Que pena, aquelas que beneficiam, aqueles que têm mais dificuldades, estarem lá para longe, estão naquele mirífico PowerPoint que apresentou para 2021, e para a próxima década, estão por aí. Agora, esta não, esta é cumprir já. Embora, como eu tenho aqui dito, é claramente uma medida que afeta o equilíbrio de distribuição do rendimento das famílias, claramente. Porque aquelas que recebem de tal forma, que paga e paga IRS, podem receber uns tostões, e olhem que recebem pouco. Posso vos dizer, que uma família que receba salário médio, é capaz de levar para casa no final do ano 20.00€ (vinte euros), 30.00€ (trinta euros), provavelmente nem isso. Imaginem, provavelmente nem isso. E aqueles que mais rendimentos levam, não levam 20 ou 30€ levam 500, 600, 700€, levarão isso. Portanto, é uma medida que não tem sentido, tem sentido para a direita, e tem sentido para o PS ou quem é vossa, vão ter o ónus dessa medida. E já agora quero lhes dizer outra coisa, que enfim, pode ser importante para pensarem um pouco sobre isso. É que se olharem para a carga fiscal direta, cobrada neste Município nos últimos três anos, que é constituída pelo IMI, pelo IMT, pelo IUC e pela Derrama, sabem quanto é que aumentou? E esta cai em grande parte sobre muito mais famílias, 22%. 22%. Fixem o número que é o número interessante da vossa justiça fiscal.”



7.5.2.9 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito brevemente porque eu acho que não vale a pena perdermos muito mais tempo. Eu só desafio o Senhor Deputado Municipal José Lourenço, alguma vezes a concretizar essas ameaças, essas insinuações, que faz em permanência, não sei de que promessas é que ele estava a falar, que ficavam lá para o fundo da linha. Eu terei todo o gosto, depois quando apresentarmos a Atividade Municipal do ano de 2020, e certamente durante 2021 teremos toda a ocasião de mostrar tudo aquilo que nós prometemos e cumprimos durante estes últimos três anos. Cumprimos, apesar de todas as dificuldades, inclusivamente deste mandato, é que foram muitas, não foi só gerir a desgraçada herança que recebemos, como até tivemos uma pandemia pelo meio, mas isso não nos faz vergar e por isso continuaremos a lutar em nome dos almadenses.”

7.5.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria com 20 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal da PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito PAN e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa, e 15 votos contra, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes, e 3 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do BE, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova a fixação da participação na percentagem de 3,5% no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Almada, relativa aos rendimentos do ano de 2021, ao abrigo do artigo 25º, nº 1, alínea c) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, constante do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação camarária de 2 de dezembro que aprovou a proposta nº 832/2020 (DCAO).

7.6 – Entrou-se no ponto 3.6 da agenda relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Lançamento de Derrama para o ano de 2021;

7.6.1 – Para apresentação da proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara.

7.6.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à questão da Derrama, eu acho que é importante lembrar aquela que já foi a baixa e as isenções de Derrama que foram aprovadas no ano passado. Como sabem, de acordo com a Lei 73/2013, os Municípios podem deliberar lançar anualmente uma Derrama até o limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável e não isento de IRC. A Câmara Municipal de Almada, tinha todo um regime de isenções que era muito confuso, que nunca tinha sido sequer enviado à Autoridade Tributária, em resposta definitiva, que não



tinha os cais associados e identificados, e que era absolutamente aplicável. No ano passado, nós sugerimos aqui, uma série de isenções aí sim, para alguns setores específicos e que importa aqui lembrar que eu acho que este ano vão ser particularmente importantes.

Empresas que se tenham instalado no Concelho de Almada, nas áreas das indústrias criativas, tecnologia de informação, comunicação, eletrónica e turismo. E relativamente a esta questão do turismo, é muito importante.

Outra das coisas muito importante, é empresas que se tenham a instalar no Concelho durante o ano de 2020, e que tenham criado no mínimo 5 novos postos de trabalho, e esta isenção é por três anos, a anterior era por cinco anos.

Mas há sobretudo aqui uma isenção que nós criamos o no passado, que é particularmente importante nestes momentos de crise, que tem a ver com os sujeitos passivos cujo o volume de negócios não ultrapassa os 150.000.00€ (cento e cinquenta mil euros). Ou seja, aqui estamos a falar em pequenas comerciantes no comércio local, nos cafés, nos restaurantes e aqui sim, eu penso que esta medida vai ser muito importante para o ano de 2021. Por essa razão o que trazemos aqui é exatamente o mesmo montante do ano passado, com as isenções que estavam previstas já desde o ano passado e que não invalidam de todo aquilo que já mencionei há pouco, que é todos os mecanismos de apoio justamente às pequenas e médias empresas e em particular a tudo o que é comércio local.”

7.6.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhor Deputado Municipal João Galdes e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

7.6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu hoje estou numa onda de corrigir a Senhora Presidente da Câmara, foi no início e vou ter que a corrigir agora.

Senhora Presidente, não foi o ano passado que foi introduzida a isenção da Derrama para negócios com receita inferior a 150.000.00€ (cento e cinquenta mil euros), desde que essa Lei existe e foi praticada sistematicamente no mandato da CDU, essa isenção é atribuída aos negócios de valor inferior de 150.000.00€ (cento e cinquenta mil euros). Não foi o ano passado Senhora Presidente.”

7.6.2.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Agradeço Senhor Deputado Municipal João Galdes a sua correção e sobretudo aquilo que não corrige, ou seja, confirma que o sistema de isenções que a CDU tinha criado, nunca foi aplicável.”

7.6.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade, através da seguinte:



DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo do artigo 25º, nº 1, al. d) do Regime Jurídico das Autarquias Locais constante do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova:

1. O lançamento, para o ano de 2021, de uma derrama de 1,20% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), na parte relativa ao rendimento gerado na circunscrição do Concelho de Almada, ao abrigo do nº. 1 do art.º 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para fazer face ao esforço de investimento municipal, designadamente com os programas de regeneração urbana;

2. Aprova igualmente a isenção:

a) da taxa de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano de 2020 que não ultrapasse os 150 000€, ao abrigo do n.º 22, artigo 18.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro;

b) da taxa de derrama, por um período de 3 anos, para empresas que se tenham instalado no concelho de Almada durante o ano de 2020 e consecutivos e que tenham criado, e mantenham no período de isenção, no mínimo, 5 novos postos de trabalho;

c) da taxa de derrama, por um período de 5 anos, para empresas que se tenham instalado no concelho de Almada durante o ano de 2020 e consecutivos ligadas às áreas das Indústrias Criativas, das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica e do Turismo, listados por CAE no Anexo I à proposta.

Nos precisos termos da deliberação camarária de 2 de dezembro que aprovou a proposta nº 834/2020 (DCAO).

8 – Tendo-se atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 19h, deu-se por concluída a reunião, prosseguindo os trabalhos no dia 1 de outubro às 14h no mesmo local.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal e dos/as Vereadores/as Senhores/as João Cuvaneiro, Teodolinda Silveira, Rui Carvalheira, Nuno Matias, Miguel Salvado, José Gonçalves, António Matos, Rui Jorge Martins, Tiago Galveia e Joana Mortágua.

10 - Foi verificada a presença na reunião dos operadores de câmara que transmitiram a reunião e de cerca de 5 Senhores Munícipes.

11 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE

O 1º SECRETÁRIO

A 2ª SECRETÁRIA



